

REVISTA MILITAR

Administração — Largo da Anunciada, 9 — Lisboa

N.º 9

Setembro de 1922

Ano LXXIV

Director, proprietário e editor — Empresa da *Revista Militar*
Composição e impressão na TIPOGRAFIA DA EMPRESA DIARIO DE NOTICIAS
Rua do Diario de Noticias, 78 — Lisboa

General Ferreira Gil

Tarjam de luto as páginas dêste jornal.

A Empresa da *Revista Militar*, por intermédio da Direcção, cumpre o doloroso dever de prestar o tributo da sua derradeira e sentida homenagem à memória de um dos seus mais prestantes e ilustrados consócios, de um dos mais prestimosos e dedicados vogais da Direcção, o general José Cesar Ferreira Gil, tão prematuramente arrebatado ao convívio da sua extremosa família e dos seus numerosos amigos, ao serviço do exército e da Patria.

Com dolorosa e quasi geral surprêsa se espalhou no dia 15 de Agosto último a noticia do falecimento do ilustre e estimado Director da 1.ª Direcção Geral da Secretaria da Guerra, pois a sua doença, apenas de alguns dias, não se divulgára e ninguém contava vê-lo desaparecer tão cedo do número dos vivos, com aquella aparêcia de robustez e de boa disposição física que o caracterizava.

Pungente foi pois a impressão produzida pela fatal noticia, porquanto o general Ferreira Gil, pela nobreza e bondade do seu character, pelos elevados dotes intellectuais que o distinguiam, pela lhaneza do seu trato, pela constantê e impecável correcção dos seus actos, soubera impôr-se à estima e consideração públicas e conquistar um amigo em todos quantos com êle lidavam, camaradas e subordinados. Por todos foi sentidamente pranteado o seu prematuro fale-

cimento, todos deploravam a perda de tão ilustrado official general, lustre e honra do nosso exército.

A Direcção da *Revista Militar* ao ver, com profunda mágoa, desaparecer para sempre do seu convívio um dos seus mais dedicados e prestimosos vogais, que durante alguns anos colaborára assiduamente nos trabalhos d'este jornal contribuindo valiosamente para o seu constante engrandecimento e que como colaborador conceituado tanta vez illustrára as colunas da *Revista* com a sua pena brilhante e autorizada, a Direcção da *Revista Militar* deixa consignada nestas páginas a sua infinita saudade e o rendido preito de homenagem devido a quem com tanta dedicação acompanhou e serviu sempre o nosso jornal e por elle tão manifestamente se interessava.

*

* *

É bem honrosa a sua extensa biografia militar, que decorre pelo longo espaço de 47 anos de serviço activo no exército.

Nascido em 1 de Novembro de 1858 em Celorico da Beira, alistou-se, com 17 anos de idade incompletos e como voluntário, no Regimento de Infantaria 12, então, como hoje, de guarnição na Guarda. Como 1.º sargento aspirante a official d'esse corpo, frequentou a Escola do Exército nos anos de 1876 a 1878 e, tendo feito um curso distintissimo, foi promovido a alferes graduado em Janeiro de 1879. Ainda neste posto exerceu por algum tempo o cargo de professor da escola regimental.

Promovido a alferes em Outubro de 1881 para Caçadores 7, passou a Infantaria 4 em Abril do ano seguinte, voltando ali a exercer o lugar de professor da escola regimental.

Por efeito da reforma do exército de 31 de Outubro de 1884, foi promovido nesta data a tenente para o novo regimento de Infantaria 24.

Passou a Infantaria 12 em Julho de 1885, voltando depois para a guarnição de Elvas, primeiro para o Batalhão de Caçadores 8 e novamente para Infantaria 4 em Março de 1889. Em 1891 foi sucessivamente transferido para Infantaria 21 e 12, mas em Novembro d'esse ano pertencia de novo

a Infantaria 4, regimento onde ascendeu a capitão em Abril de 1893 e onde se conservou até fim de Setembro de 1899, exercendo desde Novembro de 1894 o cargo de director da escola regimental.

Em Outubro de 1899 foi colocado na Escola Prática de Infantaria, em Mafra, como comandante da Companhia normal de instrução e, embora poucos meses ali permanecesse, a sua acção de comando e de dirigente da instrução táctica dos ex-alunos da Escola do Exército tornou-se notavel.

Em Janeiro de 1900 foi colocado à testa da Companhia de alunos da Escola do Exército, cargo em que, pelos seus dotes especiais, deveria ter prestado excelentes serviços, mas no qual apenas se conservou alguns meses, sendo no mesmo ano transferido para o regimento de Infantaria 2.

Em Novembro de 1901 era nomeado chefe da 1.^a Secção da Direcção Geral do Serviço da Infantaria, cargo que exerceu durante dois anos, até ser promovido a major e voltar a ser colocado, em Outubro de 1903, na Escola Prática de Infantaria, agora como 2.^o Comandante. Neste lugar afirmou a sua reputação de oficial muito ilustrado.

Em Novembro de 1905 foi nomeado professor do 4.^o grupo de disciplinas (Geografia e História) do Colégio Militar. Promovido a tenente-coronel em 1908, passou a professor proprietario do referido grupo em Dezembro de 1910, exercendo sempre o magistério com notavel competência, captando a consideração e as simpatias de colegas e discipulos. Conservou-se no Colégio até que, por efeito da promoção a coronel em Agosto 1911, teve de abandonar o cargo de professor.

Em Dezembro deste ano recebeu a nomeação de comandante de Infantaria 29, em Braga.

Foi no exercicio destas funções que o coronel Ferreira Gil teve occasião de demonstrar que, além de oficial ilustrado e pundonoroso, como já era conhecido, era essencialmente disciplinador e valente. O regimento 29, criado pela reforma do exército de Maio de 1911, fora organizado recentemente com contingentes de outros corpos e, como habitualmente sucede em casos tais, contingentes constituídos na sua quasi totalidade pelos piores elementos que cada corpo continha e de que aproveitou ver-se livre.

Pode calcular-se que mão de ferro foi preciso ao coronel Gil empregar para tentar introduzir a disciplina entre aquela caterva de insubmissos e de incorregíveis, a cuja frente se encontrava. A reacção manifestou-se e um dia rebentou uma grave insubordinação no quartel. Ao ouvir a vozearia dos amotinados não hesitou um momento e, encaminhando-se com decisão para êles, procurou impôr-se-lhes e metê-los na ordem.

Os insubordinados fizeram uso das armas, as balas sibillaram e uma foi atingir o denodado coronel, varando-lhe o corpo, deixando-o gravemente ferido e largos dias prostrado entre a vida e a morte.

Como recompensa dêsse acto de heroísmo, foi-lhe então concedida a medalha de prata da classe de valor militar.

As inequívocas demonstrações de estima e de interesse que toda a officialidade do exército lhe tributou nessa ocasião, patentearam bem ao coronel Gil o subido aprêço e o elevado conceito em que era tido pelos seus camaradas.

Voltou depois para o Colégio Militar, do qual foi nomeado director por Decreto de 1 de Junho de 1912, lugar em que soube manter as honrosas tradições da direcção de tal estabelecimento, sempre confiada a officiais dos mais distintos do exército. Decorridos três anos, em Junho de 1915, foi forçado a abandonar o cargo a fim de completar o tirocinio de comando como coronel. Foi então nomeado comandante de Infantaria 12 e logo a seguir de Infantaria 2.

Tendo prestado excelentes provas no exame para o posto imediato, ascendeu a general em fins de Dezembro de 1915 e foi nomeado comandante da 7.^a Divisão do Exército.

Nesta comissão se encontrava quando, em Maio do ano seguinte, foi escolhido para ir comandar a expedição a Moçambique, cargo que aceitou por brio e pundonor militar, mas a que talvez com justificada razão se pudesse ter eximido, visto ser do dominio público que a expedição, tal como se achava constituida, não dispunha dos devidos e precisos elementos que lhe garantissem probabilidades de êxito na difficil missão que lhe era exigida.

Tendo seguido para Moçambique em 3 de Junho de 1916, desembarcou em Palma, na Baía do Tungue, em 5 do mês seguinte.

As dificuldades e faltas de toda a ordem que logo desde o principio começaram a surgir e a evidenciar-se; as exigências que da metrópole lhe foram feitas na ânsia das nossas tropas entrarem sem demora em operações activas de campanha, com o receio de que esta terminasse sem a nossa cooperação se efectivar; a deficiência e fraqueza dos nossos recursos em face dos elementos de que o inimigo dispunha; a energia e valor com que os alemães se defrontaram com as nossas tropas e finalmente as imposições e deslealdades do comando inglês com que teve de lutar, devem ter produzido amargos momentos ao general Gil e tornado verdadeiramente espinhoso e difficil o exercicio das suas funções de comando.

A influência do terrivel clima da região onde a expedição estacionou e operou, encontrou sem dúvida excelente auxiliar no mau estado moral do general, que por fim e decorridos alguns meses não pôde resistir-lhe e, profundamente combalido pela anemia palustre, foi pela Junta de saúde da expedição julgado incapaz de continuar no serviço de campanha nas Colonias, em 15 de Novembro.

Tendo avançado de Palma para Namoto em 16 de Setembro, dirigiu os reconhecimentos a Namoto e Kionga de 19 a 21 desse mês, realizando a passagem do rio Rovuma em frente de Namoto no dia 19 e acompanhando as nossas tropas na margem esquerda do rio, na invasão do território alemão, até que regressou doente a Palma em 10 de Outubro.

Foram essas as operações activas em que tomou parte e a elas, bem como às que se lhe seguiram até meados de Dezembro, se referiu no extenso e brilhante artigo que redigiu e foi inserto no número da *Revista Militar* (n.º 6 e 7 de 1919) especialmente consagrado às forças portuguezas que combateram em França e em Africa, artigo que intitolou — *A invasão da Africa Oriental Alemã pelos portuguezes. O esforço da expedição de 1916* —

Um dos periodos dêsse notavel trabalho dá ideia clara do intento que animou o general Gil ao redigi-lo e merece reproduzir-se:

«Na exposição singela e rápida dos principais feitos de armas ocorridos na desoladora região do Rovuma, no desenvolvimento dessa campanha tão apaixonadamente discutida e apreciada, outro intento não tenho que não seja o

“de mostrar também — no cumprimento dum dever sagrado — como foi importante, valioso e digno de consideração, o auxílio que, no limite das nossas forças, dos nossos apoucados recursos, prestámos aos aliados nessa homérica contenda ¹.”

Neste artigo, o general, pondo em relêvo os serviços dos seus subordinados, só absolutamente se esquece de si próprio.

Em 24 de Dezembro embarcou de regresso á metrópole e, depois de uma demorada viagem, chegou a Lisboa em Março de 1917, sendo logo presente á Junta de Saúde atacado de anemia palustre.

Até hoje o relatório oficial da expedição não foi publicado e o general teve necessidade de na imprensa diária refutar afirmações e restabelecer a verdade acêrca de factos ocorridos entre o comando e o Ministério das Colónias.

Naquele mesmo ano de 1919 e por Decreto de 19 de Dezembro, foi nomeado Director da 1.^a Direcção Geral da Secretaria da Guerra, cargo êste que, como todos os anteriores, exerceu com a maior competência e dedicação, conquistando um amigo em cada subordinado, e que desempenhou até dias antes de falecer, quando já a sua saúde lhe não permitia, por assim dizer, dar um passo.

Além das comissões que ficaram já mencionadas, várias outras exerceu o falecido general e entre elas registaremos as seguintes: — vogal da comissão nomeada em Dezembro de 1902 com o fim de estudar e escolher uma metralhadora para os batalhões de Caçadores, comissão que concluiu os seus trabalhos e apresentou o respectivo relatório em agosto de 1903;

— presidente da comissão encarregada de elaborar um manual ou regulamento completo de gymnástica, em 1915;

— presidente do juri de exames para o posto de general em 1918;

— presidente do juri dos concursos nacionais de tiro em 1918 — 1919 — 1920 e 1921;

— presidente da comissão incumbida de classificar os ofi-

¹—Vidé *Revista Militar* de 1919, pags. 331 a 352.

monstrados no exercício do seu difícil cargo de Director da 1.^a Direcção Geral da Secretaria da Guerra, e ainda pelo patriotismo e lealdade ás instituições republicanas, de que deu as mais inequívocas provas no período excepcionalmente difícil que o país atravessou;

— louvado pelos altos e relevantes serviços prestados como comandante do corpo expedicionário á Provincia de Moçambique, concorrendo poderosamente com o seu zêlo e dedicação, num trabalho aturado e insano, para o bom nome, glória e lustre do exército português na guerra contra os alemães, sendo considerada extraordinária e importante tal comissão de serviço;

— louvado pela dedicação e inteligência como organizou o XIX Concurso Nacional de Tiro, contribuindo assim para os brilhantes resultados alcançados;

Análogos louvores e por idêntico motivo lhe foram tributados nos anos de 1920 e de 1921.

— louvado, em 1921, pelo muito zêlo e proficiência técnica que manifestou no desempenho do serviço de elaboração e apresentação do regulamento oficial de educação física, bem como no estudo das bases e elaboração do projecto de organização do Instituto de Educação Física, revelando muita competência técnica e notáveis e importantes conhecimentos pedagogicos sôbre educação física;

— louvado pela zelosa, inteligente e leal cooperação que tem prestado á resolução de todos os assuntos do Ministério da Guerra, revelando em todos os seus actos uma nítida compreensão dos seus deveres militares, em 1921.

Não póde deixar de se reconhecer que o Estado soube apreciar devidamente os altos méritos e importantes serviços do prestante cidadão e ilustrado militar.

A sua aplicação ao estudo dos conhecimentos profissionais e outros, especialmente os de geografia e de história, os seus dotes de inteligência e de ilustração foram porêem afirmados não só no professorado e nas várias comissões de serviço

que desempenhou, como também e largamente na imprensa diária e na militar, como escritor e historiador militar.

Em Elvas onde, como vimos, permaneceu bastantes anos como subalerno e capitão, foi onde terçou, ao que parece, as suas primeiras armas no jornalismo, colaborando no jornal *Correio Elvense* e nele versando quer questões políticas, quer militares. Mais tarde, em Lisboa, figurou como redactor politico em dois periódicos, *Jornal da Manhã* e *Era Nova* e nêles se ocupou principalmente de assuntos militares e de questões de política estrangeira. Cremos que em política nunca foi além de simples amator, não passou de verdadeiro curioso; as suas naturais qualidades de sinceridade, de lealdade e de isenção não se coadunavam na verdade com as exigências e flexibilidade de opinião que a política partidária impõe aos seus adeptos fervorosos.

Depois de regressar da expedição a Moçambique, em 1917, figurou ainda na imprensa diária mas unicamente publicando umas cartas no jornal *República*, nas quais triunfantemente refutou afirmações contidas em artigos do Ministro das Colonias da epoca acêrca daquela expedição. Tais cartas foram reproduzidas com louvor por grande parte da imprensa.

Fundado em Lisboa, em 1898, o jornal militar *Revista de Infantaria*, logo o nome do então capitão Ferreira Gil nêle aparece incluído entre os dos colaboradores efectivos.

De 1900 a 1910 vêem a luz com efeito nas páginas dessa *Revista* alguns trabalhos, em geral muito extensos, e cujos assuntos eram portanto versados com grande desenvolvimento.

Entre êles merecem citar-se:

— *A instrução especial dos Exploradores*, depois publicada em volume;

— *História da Infantaria Portuguesa*, cuja publicação, iniciada no número de Janeiro de 1902, ainda continuava em 1910;

— *Resultados obtidos nas experiencias de vulnerabilidade e fogos colectivos de combate, efectuados na Escola prática de Infantaria no periodo de instrução de 1903-1904*. Êste trabalho era a reprodução da conferência que, como 2.º comandante da Escola de Mafra e director da instrução, fizera aos officiais que haviam frequentado o curso de tiro no anno de 1904.

A sua colaboração na *Revista Militar* foi iniciada em 1905 com o artigo *As metralhadoras*.

A êste seguiram-se os seguintes:

- *A preparação do oficial de infantaria para a guerra.*
 - *A Infantaria Portuguesa no Bussaco.* Êste artigo figura no número de Setembro de 1910, especialmente consagrado á comemoração centenária da batalha do Bussaco.
 - *O centenário de Albuera.*
 - *A Infantaria Portuguesa no seculo XIX.*
 - *Campanha desastrosa.*
 - *Os portugueses na Guerra Peninsular.*
 - *A preparação da infantaria para a guerra.*
 - *A invasão da Africa Oriental Alemã pelos portugueses.*
- O esforço da expedição de 1916.* Êste artigo foi inserto no número especial de Junho-Julho de 1919, que a *Revista Militar* consagrou ás forças portuguezas que combateram em França e em Africa (1914-1918).
- *O XX Congresso Nacional de Tiro.*

Finalmentete no n.º 6-7 (Junho e Julho) do corrente ano, iniciava a publicação de um estudo de alto valor histórico-militar, intitulado *Os primitivos guerreiros Peninsulares*, trabalho que denunciava não só grande conhecimento da história antiga da Peninsula Ibérica, como desenvolvida leitura e larga documentação. Êste estudo constituia a primeira parte de um admiravel trabalho de saber e de investigação, subordinado ao titulo *Origens da Milicia Portuguesa*, que deixou pronto a entrar no prelo.

Em 1910 entrára como sócio para a Emprêsa da *Revista Militar* e logo nesse ano era eleito vogal da Direcção dêste jornal, cargo que, com pequeno intervalo de alguns anos, ocupou até falecer. E é para acentuar que, não obstante os muitos afazeres do seu elevado cargo de Director da Secretaria da Guerra, o general Ferreira Gil raras vezes deixava de comparecer às reuniões da Direcção e sessões da Assembleia Geral da Emprêsa.

Além dos numerosos artigos que deixou espalhados pela imprensa periodica e pela militar, publicou ainda em volume:

- *A Infantaria — Sua importância no combate.*

Êste folheto contem a conferência realizada em 1895 aos officiaes do seu regimento em Elvas, a qual lhe valeu o primeiro louvor em Ordem do Exército.

- *A Infantaria Portuguesa na Guerra da Peninsula, ex-*

tenso e completo trabalho em dois grossos volumes, com o qual concorreu ao Concurso Literário comemorativo do centenário da Guerra Peninsular. Esta obra, sobejamente conhecida e lisongeiramente apreciada pela crítica, foi premiada no referido concurso literário e consagrou a reputação do general Ferreira Gil como um dos nossos mais dedicados e inteligentes cultores da História Militar.

— *A instrução especial dos exploradores*. Êste folheto constituiu separata da *Revista de Infantaria*.

Deixou concluídas e prontas a entrarem no prelo mais as seguintes obras :

— *Preparação da Infantaria para a guerra*.

— *Origens da Milícia Portuguesa*, subdividida nas seguintes partes: I, *Os primitivos guerreiros peninsulares*; II, *Os cartagineses*; *Guerras punicas*; *Campanhas de Anibal*; III, *Os gregos*.

Como se vê, eram sempre os estudos histórico-militares que principalmente atraíam e cativavam o seu espírito e a êles consagrou a maior parte do seu labor intelectual.

Já frisámos as primorosas qualidades que definiam o seu character e os dotes affectivos que evidenciavam a extrema bondade da sua índole. A família, tão extremecida, consagrou sempre um verdadeiro culto, como um verdadeiro culto lhe mereceu sempre o Exército. Foram as grandes, as inalteráveis afeições da sua vida.

Do conceituado militar e prestante cidadão que foi o general Ferreira Gil escreveu com absoluta propriedade e inteira justiça, em carta particular, outro ilustrado official que muito intimamente com êle privava e bem de perto o conhecia, alguém que, além de parente, era o seu melhor amigo ¹ :

«Era um fanático da honra e do prestígio do Exército. Olhava a sua profissão com um fervor religioso. E era acima

¹ Referimo-nos ao nosso distinto camarada e conceituado escritor, sr. tenente-coronel Lourenço Cayolla.

de tudo um coração inundado de bondade, um caracter formosíssimo, um cidadão exemplar, um chefe de família modelo e um amigo incomparável.»

A Direcção da *Revista Militar* reproduzindo palavras tão justas, tão dignas, tão honrosamente merecidas, fá-las suas e com elas conclue êste sentido, embora modesto, preito de homenagem á memória illustre do saudoso extinto.

A DIRECÇÃO

Um estudo militar

Primeira parte

Principios genéricos relativos à constituição orgânica do Exército e à defesa nacional

I

A complexidade do assunto a tratar, o enredado da engrenagem de tão intrincada máquina como são os exércitos modernos — que hoje, mais do que nunca, teem de revestir o carácter de verdadeiros «Orgânismos nacionais», com a sanção e eficaz aproveitamento de tôdas as forças vitais do país e com a solidariedade e comunhão homogenia de todos os esforços — vem em nós arreigar a convicção, de ha muito estabelecida já, que essa obra tão larga e tão vasta, tão transcendente e variada, não póde, nem deve, estar sujeita e firmada em componentes que, por vezes, se chocam, e em critérios desemeelhantes que, não raro, se inutilizam.

Deriva, consequentemente, como matéria a estabelecer — nórma esta que, aliás, adoptarêmos nas subseqüentes proposições a discutir — a seguinte

Tese 1.^a

«O exército, organismo nacional, tendo como exclusivo fim — a defesa do país — deve, para alcançar êsse objectivo, manter na sua constituição orgânica uma completa unidade

de doutrina ; isto é, o espirito de seqüência, conservando-se alheio ás flutuações da politica partidaria.»

*
*
*
É sómente na coordenada acção, no comum esforço de aspirações, numa metódica perseverança de principios, numa estabelecida orientação doutrinária, numa assente unidade de vistas, numa metódica preparação e conservação de energias, com um programa, emfim, maduramente concebido e perseverantemente executado que, radicalmente, o exército póde produzir o máximo da sua influênciã social.

E os trabalhos de toda a ordem, quer técnicos, quer sociais, morais ou puramente materiais que demandam as exigências da moderna orgânica militar, não podem apoiar-se em equilíbrios instáveis, à mercê da política interna e servindo, por vezes, restritos pontos de programas partidários. Requerem, sim, longos anos de estudo assíduo, contínuo, pertinaz, onde impére a continuidade de acção, a unidade de doutrina, a homogeneidade de vistas, com principios concretizados e definidos, com bases firmemente asseguradas que, apenas, possam ser modificadas — não na sua basilar contextura, nem na pura essência dos principios que devem restar imutaveis, mas, sim — na variabilidade dos processos que dia a dia, se acentuam em obediência à grande «lei da evolução».

Não é de desdenhar, nem de apoucar os trabalhos e esforços de tantos distintos como abalizados officiaes que, tendo sobraçado a pasta da guerra, ao exército deram o melhor da sua intelligência, saber e competência ; não é mesmo de dizer que a sua acção dirigente tivesse resultado esteril e improficua — sómente a sua actividade, zêlo e proficiência não conseguiram atingir o fim objectivado, porque as medidas propostas eram, umas vezes, lançadas ao ostracismo pelos governos a quem só uma politica facciosa absorvia ; outras, porque a instabilidade do «Poder» tolhia a seqüência do critério estabelecido ; e, na maioria dos casos, emfim, porque os diplomas vindos a lume não obedeciam a essa continuidade de acção e de doutrina que vimos preconizando — e, assim,

fragmentados, isolados, dispersos, tendo, apenas, um alcance restrito baqueavam e tombavam pela escassez de básico ali-cerce em que se apoiassem.

Tal tem sido o mal de que, em nosso critério, tem en-fermado as nossas instituições militares de terra e mar, não dispondo de um só e único «Orgão» funcional onde, com in-sistente e persistente meticulosidade, se tivessem estudado e mantido os altos problemas de organização e preparação para a guerra.

E é assim, e só assim, que em todos os campos de acti-vidade, seja qual fôr a sua origem ou predomínio, quer visem resultados de ordem moral, social, político, financeiro, eco-nómico, quer simples resultados de ordem material, é só assim, repetimos, que podem desenvolver-se, eficaz e produti-vamente, as forças determinantes e propulsoras de tais orga-nismos: — pela acção conjugada, harmónica, homogénea dos que pensam e estudam; dos que executam e dirigem; dos que ajudam e subsídiam, mantidos sempre na sua actividade funcional, a dentro da imposta estabilidade de principios e de vistas.

Conseqüentemente, a constituição dêsse «Orgão» basilar impõe-se, e o seu funcionamento obriga, se aos altos proble-mas da defesa nacional quisermos dedicar todo o interêsse e cuidado que tal assunto merece e reclama: — não, imprimin-do-lhe já de início uma acção restrita, atribuições escassas de cerradas malhas, mas sim, de representação adequada, com rasgada iniciativa e amplas funções.

Só assim será licito exigir: — a máxima responsabilidade a quem disponha e desfrute da mais vasta liberdade de agir.

Ora êste «Orgão», que vimos preconizando, mantém a sua existência como elemento de defesa nacional, altamente cotado e apreciado, não só entre os países de primeira categoria, mas também entre a maioria dos pequenos estados civiliza-dos; não só entre os que desfrutam de uma constituição po-lítica similar à nossa, mas ainda as de constituição diferente.

Toma designações diversas, como: na Alemanha, a de «Grande Estado Maior», e onde o ministro da guerra tinha funções notavelmente reduzidas; é particularmente conhecido em França por «Conselho Superior de Guerra»; em Espanha, designado por «Estado Maior Central»; em outros países, por

«Estado Maior General»; e entre nós, manteve-se já com o título de «Supremo Conselho de Defesa Nacional», e, presentemente, mas com funções assaz restritas e não muito além de meramente consultivas, com a designação de «Conselho Superior de Defesa Nacional».

Em regra, as grandes potências, como os pequenos estados, reconhecem as vantagens da existência d'este «Orgão» para o progressivo desenvolvimento das suas instituições militares. A divergência entre elas é uma única, apenas e bem caracterizada. Enquanto que na Austria, Argentina, Belgica, Inglaterra, Japão, Romania, Servia e Suíça, mantem êsse organismo separado e distinto do Ministério da Guerra, ou com repartições especiais; outras, como a Bulgaria, França, Estados Unidos da America do Norte, Italia, Grécia e Turquia teem êsse «Orgão» adstrito à aludida secretaria de Estado.

Uma só excepção prevalecia — na Alemanha — mas essa só aí poderia existir pelas amplas atribuições e especiais funções, que a sua constituição politica facultava ao Imperador.

De notar é, porém, que em Portugal data já de longos anos uma espécie de «Conselho Superior» adstrito à secretaria da guerra, ao qual o respectivo ministro se socorria em consulta, quando julgava oportuno e conveniente fazê-lo.

Por déveras curiosa faremos uma sucinta resenha do que tem sido entre nós, de ha 70 anos a esta parte, o organismo em questão:

Em 1852, sendo ministro da guerra o duque de Saldanha, é-lhe presente uma memória descritiva, elaborada pelo distinto official do exército, Silva Costa, em que ressaltava a úrgica necessidade de se proceder, sem demora, ao estudo geral da defesa do país.

Decorreram, todavia, 5 anos sem que trabalho algum fosse realizado; até que sobraçando a pasta da guerra o marquês de Sá da Bandeira, encarregou o aludido engenheiro Silva Costa de estudar e apresentar um plano de fortificações de Lisboa e seu porto, e bem assim o da cidade do Porto, compreendendo as duas margens do rio e a foz do Douro.

Vão os anos passando sem nada de pratico se realizar, quando, em 1859, gerindo a pasta da guerra o duque da Terceira fez inserir uma portaria nomeando uma comissão para «estudar o plano geral da defesa do país». Esta comissão so-

licita do ministro que a informe «de que força armada poderia dispôr o Estado para, em harmonia, executar o trabalho imposto».

Troca-se correspondência, avolumam-se os officios, amontoam-se os papeis... mas nada de útil se produziu.

Sóbe ao poder, em 1860, Belchior Garcez e consulta a anterior comissão sôbre:— quantas linhas de fortificações conviriam à defesa da capital, dispondo-se de um effectivo de 50:000 homens; qual devia ser a situação e o dispositivo dessas linhas; e por qual se deveriam iniciar os correspondentes trabalhos?»

Continúa a haver muita troca de papeis, e nenhum resultado proveitoso e aproveitavel...

Sóbe de novo ás cadeiras governativas, em 1851, o marquês de Sá da Bandeira, apresentando ás Camaras uma proposta de lei para lhe ser concedida a verba de 300 contos destinada ao início das obras de fortificação de Lisboa.

Não só lhe foi autorizada essa quantia, mas ainda aumentada em 100 contos para a defesa da cidade do Porto e barra do Douro.

De tudo isto resultou, apenas, o construir-se o forte de Monsanto, em 1863, e gastando-se um tempo precioso em nomeação de comissões, em troca de officios, em consultas, em muita papelada...

Em 1880, sobraçando a pasta da guerra o illustre general J. J. de Castro, foi criada a «Comissão Consultiva do Reino», visando o estudo das questões militares que — como a própria designação especifica — fossem submetidas à sua apreciação, com intuito meramente de os seus membros emitirem sôbre elas o seu parecer.

Um ano depois, em 1881, encontrando-se na pasta da guerra, o general Sanches de Castro, dá uma nova constituição à existente «Comissão», restringindo-lhe, ainda mais, as suas atribuições.

Passam quasi 7 anos, e, em 1888, o então ministro da guerra, dissolve a aludida «Comissão Consultiva do Reino», e, em seu lugar, organiza uma outra, a «Comissão Superior de Guerra, mirando, restritamente, a elaboração dos planos de defesa do país.

Vem a gerência do ministro Pimentel Pinto, e a comissão

referida alarga as suas acanhadas atribuições, sendo também alterada a sua composição: para de novo, encontrando-se na pasta da guerra Sebastião Teles, ser ainda reconstituída e organizada em três secções: defesa do país, comunicações e fortificações.

Volta, porê m, ao poder, Pimentel Pinto, em 1900, e mais uma modificação sofre a referida «Comissão Superior de Guerra», continuando, agora, com as suas três secções: fortificações, caminhos de ferro e telegrafos.

*

* *

Havia, é certo, nêstes últimos anos, que vimos de mencionar, o «Orgão» preciso ás instituições militares; mas eivado ainda dos defeitos e inconvenientes de um ambiente restrito e acanhado, vendo, por vezes, estiolar e jazer no olvido o fruto de longas lucubrações de espirito, de estudos e trabalhos persistentes, e, quiçá, de alto alcance e subido apreço para as instituições militares,— e isto, sómente, porque a vontade e o arbitrio de um só, a individualidade ministro, sobranceiramente se impunha, lançando o seu véto.

E assim foi, e assim sucedeu nêsse largo periodo de iniciativas opostas, que tantas perturbações trouxeram ao organismo militar; periodo bem lamentavel para o exército, repleto de antagonismos partidarios e fundas rivalidades politicas, fomentadas entre dois notaveis e eminentes homens públicos e valorizados officiais do exército — sistematicamente a contrariarem-se na pasta da guerra, donde tanto havia a esperar das suas altas qualidades de trabalho e dos seus finos dotes de intelligência, saber e competência.

A' mercê das exigências dos seus créditos politicos, arrastados pelas conveniências partidarias — Pimentel Pinto e Sebastião Teles — mais alto, talvez, do que as suas divergências de processos, superior, porventura, ao desacordo dos meios de agirem, sobrenadavam, para êles, os interêsses e os programas da sua politica partidária — interêsses, conveniências, compromissos que os apertavam nas suas cerradas malhas, que os manietavam e os asfixiavam, não lhes permitindo que as suas lúcidas intelligências arcassem, em conjunção e

harmonicamente, com as resoluções dos problemas de interesse e utilidade para a defesa nacional.

Desta funda divergência de critérios — ou por outra — deste acentuado antagonismo político, surgiram perturbações que, bem vincadamente, afectaram as instituições militares; e foi tão longe esse antagonismo, que, por certo se tinha já de ante-mão, o estatuido por qualquer de entre elles duraria, apenas, o tempo em que gerisse a pasta da guerra, para ser de pronto eliminado logo que o outro ascendesse ás cadeiras governativas! . . .

Procurando obstar aos graves inconvenientes acarretados por tão contínuas e repetidas reformas, que produziam a confusão nos serviços e obstavam, portanto, ao seu bom funcionamento, foi em 1906 — sendo ministro o distinto official de engenharia, o sr. Vasconcelos Porto, extinta a aludida «Comissão Superior de Guerra», e, em sua substituição, criado o alto organismo militar denominado «Supremo Conselho de Defesa Nacional», mas, agora, com funções, não «consultivas», mas taxativamente «deliberativas».

A sua fecunda acção deveria necessariamente fazer-se sentir, terminando de vez com os pruridos legislativos, em tantas ocasiões e circunstâncias sem cohesão, isentos de princípios, falhos de uma orientação bem definida.

Ao novo «orgão» que vinha de aparecer, larga margem e rasgada iniciativa se lhe proporcionava para poder desenvolver a sua acção produtiva, visto que podia accionar num vasto campo descentralizador, e com atribuições, como já dissemos, vincadamente «deliberativas».

Sucedeu assim? . . .

O curto praso de tempo que de então mediou até á mudança das nossas instituições politicas, não pôde, a tal respeito, seguramente, pronunciar-se.

Mas estamos de crêr que, se elle não atingiu a méta objectivada, se não alcançou o «desideratum» ambicionado, foi porque a constituição e a composição desse «orgão» funcional era imperfeita e fundamentalmente deficiente.

Havia, no seu meio, figuras simplesmente decorativas, como o «Rei», que assumia, sem voto, a presidência do «Supremo Conselho», sempre que o entendesse e julgasse conveniente — e escasseavam, por completo, factores indispensa-

veis, e sem os quais, inútil seria pretender achar-se uma solução satisfatória.

Não se torna preciso longa justificação, nem larga documentação para demonstrar que êsse «Supremo Conselho» deveria ter junto a si, e dêle mesmo fazer parte integrante, certas entidades a quem são incumbidos determinados serviços — tais são os destinados e affectos «privativamente» ao Estado Maior do Exército.

Dada a envergadura das operações da moderna guerra — operações amplas, em vastos teatros, que se desenvolvem, simultaneamente, em grandes batalhas terrestres e marítimas; dada a complexidade dos trabalhos de organização, preparação e mobilização dos exércitos actuais; conhecida a variedade e inúmeras exigências em que teem de assentar os planos e correlativos projectos de operações; estabelecido que mister se torna, de longo tempo, realizar um estudo seguro e consciencioso dos magnos problemas que interessam ás tropas, ao material de guerra, ao municiamiento, a solipedes, aos diferentes serviços auxiliares; sabido, como é, a rêde extensa de trabalhos a executar, e os multiplos estudos a efectuar para que essa complicada máquina, que é o exército moderno, subsista e possa eficazmente agir, compreende-se bem que a êsse «orgão», sôbre o qual impendia tão árdua tarefa, e com tão pesadas responsabilidades, lhe fosse agregado um «Estado Maior, privativo», incumbido de relatar e tratar de todas as questões e assuntos da sua alçada, e de preparar, detalhada e minuciosamente, toda a série de trabalhos que lhe fossem propostos.

Foi na criação dêsse Estado Maior privativo» que o general Langlois, com tanto ardor se empenhou, nos últimos anos, em ver estabelecido no seu país.

«E êstes assuntos — di-lo Mordacq, ilustrado professor da escola superior de França e autor de notaveis obras sôbre estratégia — estas questões são de tal modo importantes, que seriam mais que suficientes para absorverem a actividade intellectual dos officiais que composerem êsse Estado Maior».

Ao nosso «Supremo Conselho de Defesa Nacional» faltou agregar-lhe êsses elementos técnicos — «officiaes especializados» em tão complexo como valorizados trabalhos.

E eis, a nosso vêr, a causa eficiente de o aludido «orgão»

deixar de agir proveitosamente; isto é, pela carência dos essenciais meios de acção...

Não se prescutou, atentamente, a causa ou o motivo da sua paralisação, e, observando-se, apenas, os efeitos resultantes, abandonou-se êsse organismo, são e pleno de vitalidade, como inútil, substituindo-o, logo em 1911, por uma engrenagem antiga, sem o impulso e força necessária para executar um trabalho harmónico e unitário...

E, senão, vejamos: Está ainda, em vigor o sistema miliciano, tipo suiço, que desde já é de dizer, em nosso critério, em absoluto condenamos; mas já surgiu no Parlamento, o ano passado, uma proposta de lei para a adopção de um sistema mixto de miliciano e permanente — o que se nos afigura ser pior ainda; ontem, eram 8 divisões activas as componentes do exército metropolitano, hoje, apresenta-se, em sua substituição, "Comandos territoriais de região", cujo número *não pode ser superior a 5*, — isto é, nem o número se fixa de antemão, e ainda com a circunstância de o actual campo entrincheirado de Lisboa poder constituir um dêsses comandos; ontem, reconhecia-se a necessidade da separar os cursos de artilharia, professados na Escola Militar, dividindo-os em artilharia a pé e de campanha, hoje, pretende-se unificar, de novo, êsses cursos...

Mas, presumindo, que o poder legislativo autorizava e aprovava tal proposta de lei, não ficaria êle isento de, amanhã, novas propostas surgirem, assentes em novas bases que venham reduzir, ampliar, modificar ou mesmo destruir, por completo, a matéria orgânica em vigor; e isto, sem que haja a precisa e imposta seqüência de doutrina, sem que haja conexão, método e unidade de vistas e de principios, em um assunto que tanto interessa ao país, como é a sua defesa nacional!...

Não póde, nem deve, pois, prosseguir êste estado de cousas, em que as reorganizações do exército se sucedem a miudo, num perpassar sem fim, causando verdadeiras vertiginens a quem se dêr à ingrata tarefa de compulsar a correspondente matéria legislativa — sobretudo de ha uns 40 anos a esta parte.

Bastará, em asserção do que vimos consignando, que façamos aqui referênciã ao asseverado na Camara dos Depu-

tados, na sessão de 6 de maio de 1905: «Desde 1900 a 1904, as Ordens do Exército publicadas continham entre decretos, leis, regulamentos, portarias e outras disposições, 11.000 paginas de legislação!...»

Avançaremos, nós, em assegurar que não é êste periodo de 4 anos o que bateu o «record» em matéria legislativa para o exército!...

E é de notar que do compulso dessa colecção volumosa de diplomas, referendados por tantos ministros da guerra, raro se refletem normas fixas e bem orientadas, oriundas duma colectividade que, sobranceira à politica partidária, tenha assentado em um programa de definidas bases, que induzam à seqüência lógica e eficaz na solução a adoptar.

Não. É quasi sempre sôbre o critério individualista, meramente pessoal da entidade, gerindo a pasta da guerra, que tais medidas foram, e são ainda, promulgadas e decretadas.

Mas os mesmos resultados improficuos deram-se em todas as nações que, como a nossa, moldaram o sistema organizador do seu exército na criação de um «Orgão» com funções puramente consultivas.

Sirva-nos de exemplo a nossa vizinha Hespanha:

O Real decreto de 9 de junho de 1858 ressurgiu a já antiquada «Junta Superior Consultiva de Guerra», cuja acção se não fez sentir pela elaboração de qualquer trabalho.

Dissolvida nesse mesmo ano, apareceu de novo em 1875; e acrescida, em 1876, com mais nove membros.

Avolumando em número, prosseguiu, todavia, no seu estagnamento improdutivo, até que em 1881 passa a denominar-se «Junta de Defesa Geral do Reino».

Esta nova designação não conseguiu, no entanto, produzir resultados benéficos, visto que, em 1883, a «Junta» foi dissolvida e novamente constituida com outras fórmulas de aplicação; fórmulas que sucessivamente foram alteradas, modificadas e corrigidas em 1885, 1889, 1890, 1893, até que, em 1904, o general Liñares criou o «Estado Maior Central», com as funções e atribuições amplas de que actualmente desfructa...

Do mesmo mal que enfermaram as nossas «Comissões», incumbidas do estudo da defesa nacional; isto é, as perniciosas perturbações, hesitações e confusões resultantes de tão con-

tinuas como radicais mudanças, substituições e alterações havidas, ora na sua íntima constituição, ora nas atribuições conferidas,—assim também as reorganizações do exército, com tantas e tão fundas modificações, tem acarretado a indicição, a desordem, e, quiçá, o desânimo, entre os seus elementos constitutivos.

Vejam os também, sucintamente, a série de organizações do exército que tem havido, desde 1865—data em que o ministro da guerra de então, Sá da Bandeira, promulgou a sua remodelação dos serviços do exército—até ao presente:

Vigorou esse diploma até 1884; apesar de, desde havia muito, se ter reconhecido que êle não podia satisfazer as exigências da orgânica militar do país—dada a insuficiência e defeciência de elementos, com que lutava.

Surgiu então a reforma de 1884, da autoria de Fontes Pereira de Melo, que, verdadeira cornucópia de promoções e graças políticas, não produziu nada de proveitoso para as instituições militares. E assim arrastou a sua existência, com tantas e tão fundas modificações que, em 1899, do primitivamente estatuido, já quasi nada restava.

Mas já em 1890, reconhecendo-se a necessidade de imprimir uma nova feição à orgânica militar, Antonio de Serpa, ordena a elaboração de umas «bases» de organização do exército, que envia para estudo à «Comissão Superior de Guerra», bases que não chegam a vingar, pelos acontecimentos políticos dessa epoca.

Ainda, também, em 1898, o general Francisco M. da Cunha apresenta às Camaras uma reforma do exército—reforma que, por seu turno, não vinga; até que

Em 1899, gerindo a pasta da guerra Sebastião Teles consegue que o Parlamento lhe aprove a sua «Organização do exército», moldada em principios tidos como satisfatórios e em harmonia com os recursos do país.

Curta duração, porém, teve—pois que sendo Ministro, em 1901, Pimentel Pinto, alcança das Camaras uma autorização parlamentar para alterar a organização militar existente, e destroe, assim, quasi por completo, a anterior de S. Teles.

Mas é de registar ainda que, já no ano anterior, isto é, em 1900, uma outra reforma esteve planeada, não tendo, porém, começo de execução.

Em 1904, volta aos Negocios da Guerra, S. Teles, e, logo no ano seguinte, ressurgiu a organização de 1899.

Outras, porém, e de autorias várias, vieram ainda a lume; e eis que, assim, no curto praso de 20 anos nós tivemos, nada mais nem nada menos, a apresentação de 11 reformas e projectos de organizações do exército!...

Mudam, no entanto, as instituições politicas do pais—e, logo a seguir, veio uma outra organização—em 1911—assente, agora, em bases milicianas. E já surgiu, no Parlamento, o ano passado, um novo pedido de autorização para remodelar os serviços do exército, em novos alicerces, que não são nem milicianos nem permanentes—isto é, uma mixtura destes dois sistemas, que se ignora até onde vai, porque as respectivas bases—vagas, imprecisas, abstratas—não o elucidam, nem o afirmam...

Julgamos pernicioso que se prossiga nesta orientação; que se continue à mercê de critérios pessoaes com pontos de vista meramente particulares e restritos, impondo-se—para que exista o necessário espirito de sequência, para que reste uma obra segura, conexas e com unidade de doutrina, para que essa obra seja duradoura e sobreviva ao Ministro—impondo-se, repetimos, que seja modificada convenientemente a constituição deste «Alto Organismo», que é o «Conselho Superior de Defesa Nacional» dando-lhe os elementos precisos para que elle possa desobrigar-se perfeitamente da sua altruista missão, e concedendo-lhe as mais latas e amplas funções «deliberativas»..

A. G. DE SOUSA DIAS
Coronel

(Continúa).

O exército espanhol em Marrocos

V

As forças espanholas continuam a ofensiva

Na *zona ocidental* as tropas espanholas continuam o seu movimento ofensivo, não encontrando já grande resistência e estando a liquidar as suas últimas acções de guerra com os adeptos de Raisuli.

—Na madrugada de 20 de maio p. p. foram organizadas duas colunas: uma sob o comando do general Sanjurjo; outra, sob o comando do general Marzo. Ambas combinaram os seus movimentos sôbre Sumata e Beni Issef. A coluna do general Sanjurjo, tendo saído ás 4 horas do acampamento de Meserah, subiu pelo vale do Bukrus, enquanto a do general Marzo, tendo partido da posição de Amaan, seguiu pelo de Pelata.

A primeira coluna ocupou uma posição num esporão dos montes de Beni-Isef, tendo vencido com facilidade a resistência do inimigo, mas tendo umas 22 baixas, entre as quais se contam alguns oficiais.

A coluna do general Marzo ocupou as posições de Jacobi, a N. E. do aduar de Erba; de Harducil, a N. E. de Daruta; e a de Sidi-Colin, a O, do *zoco* de Telata.

No *zoco* de Arbáa de Beni-Hazan apresentou-se o cherif Hossain-Ben-Raisul, primo do celebre Raisuli. Em virtude do papel que tem desempenhado nesta insurreiçãõ, foi considerado prisioneiro e enviado para Ben Karrich.

A 15 de junho entraram em operações duas colunas: uma, sob o comando do general Sanjurjo; e a outra, comandada pelo coronel Serrano. Esta última tinha por objectivo a zaia de Sidi-Issef-el-Telidi, que não pôde ser ocupada pela pascoa de Aid-el-Seguer.

A operação foi superiormente dirigida pelo Alto Comissário, que se conservou no campo com o seu quartel general. Nos dias anteriores já as esquadrihas de aviões tinham bombardeado as Kabilas. De Larache e Argila vieram importantes comboios com munições para se proceder ao remuniamento das tropas que ocupam as posições avançadas.

Como o terreno é muito acidentado, os beni-issef e os ajmas teem facilidade em oferecerem tenaz resistência.

Em 18 e 19 de junho repetiram-se as operações.

No dia 18 uma coluna, sob o comando do coronel Saliquet, foi atacada, quando acampava em Bra-el-Assef, repelindo o inimigo, durando o combate até ás 21 horas. Na manhã de 19 recommçou o combate com não menos encarniçamento, mas só contra um dos blokaus.

A coluna do coronel Serrano, partindo de Salalem efectuou uma demonstração, tendo a cavalaria ido colocar-se

próximo do alto de Monzora, entre as povoações de Ayla e Anasel, e desviando assim a atenção do inimigo, o que facilitou as operações da coluna do general Sanjurjo, que partira do seu bivaque de Yeddel-Jebel, e assim pôde ocupar a Zania de Sidi-Issef-Tilidi e outras povoações dominantes. Esta coluna teve contudo de sustentar uma luta tenaz, e teve várias baixas, contando-se alguns oficiais. A cavalaria da coluna Serrano (2 esquadrões e metralhadoras) era comandada pelo tenente-coronel Pontes (marquês de Bôveda de Limi), o qual quando retirava, foi gravemente ferido em Nekor, ficando com o braço fraturado por uma bala. Foi morto um tenente, ferido gravemente um capitão, assim como vários sargentos, cabos e soldados.

Os mouros tiveram nestes combates bastantes mortos, tendo abandonado mais de 60 cadáveres, e subindo as baixas a mais de 400, segundo declarações dos prisioneiros. Os mouros atacaram a coluna do coronel Soliquet com mais de 5.000 homens.

Segundo as comunicações enviadas, os espanhóis tiveram umas 180 baixas, entre mortos e feridos, contando-se 6 oficiais. Foi organizado um comboio de feridos, que se evacuaram para os hospitais, de Tetuão. Alguns dos oficiais feridos no combate do dia 19 faleceram no hospital (tenentes Canet e Arévalo) passados poucos dias.

No dia 24 de junho renovaram-se as operações. A *barca* aliada do comando do *Caid* Melali, com forças de policia, acampou na noute de 24/25 na posição de Uarmut, sendo atacada pelos rebeldes de Sumata, os quais foram repelidos. No dia 26 esta barca, apoiada pela artilharia de Uarmut e de Hiay, avançou para fixar o inimigo, ao mesmo tempo que uma coluna, constituída pelos Regulares de Tetuão e de Lamage tomava a posição que domina Zelanien e Beni Abdallah, e uma outra coluna, comandada pelo coronel Serrano, partia de Mexerach e seguia pelo vale entre Ain Raota e Amargat, indo ocupar a posição de Imarima próximo do aduar de Feddan e uma outra junto ao aduar de Rahana. O inimigo ofereceu fraca resistência, tendo a cavalaria espanhola apoderado-se de bastantes cabeças de gado.

No dia 3 de Julho o coronel Saliquet ocupou a posição de Bad-el-Háman enquanto o general Sanjurjo ocupava a de

Tanacob. Assim fica fechada pelo sul a provincia de Yebala, na qual restam duas pequenas zonas por submeter: a cabila de Sumata e a parte alta de Buhasen, que oferecem grande resistência, mas que terão de render-se pela fome.

Apesar de parecer estar dominada a insurreição do Rif, contudo a substituição do general Berenguer pelo general Burguete, como Alto Comissario em Marrocos, deu ensejo a que mais se levantasse o moral dos rifenhos.

Tudo leva mesmo a supôr que os espanhois não poderão levar a bom termo a sua emprêsa, pois a questão do protectorado vai entrar numa nova fase.

Abd-el-Krim enviou a Londres uma missão, chefeada por um seu irmão com o fim de reclamar a independência do Rif, cujo reconhecimento deseja que se leve a efeito por parte da Inglaterra, da Italia, dos Estados Unidos e pelos que assinaram o tratado de Aljeciras. O Rif passará a ser uma republica federativa. Segundo afirmam os comissionados, o Rif tem já um governo legalmente constituido e um parlamento.

Abd-el-Krim *oferece* a paz aos espanhois mediante as seguintes condições:

Alhucemas e Peñon continuarão em poder da Hespanha; os rifenhos entregarão os officiais espanhois, recebendo como resgate 4 milhões de pesetas; o comércio e a industria serão abertos a todas as nações, fazendo-se tratados de comércio com todos os países; haverá completa igualdade sob o ponto de vista politico, de religião e de costumes; os espanhois deverão entregar os prisioneiros mouros.

A delegação rifenha segue depois para Paris e Roma, onde vai expôr as suas reclamações.

V. C.

Carros de combate

(Continuação da pag. 438)

VI

Características dos carros de combate

Generalidades

Como principais características dos carros, temos:

Pêso total;

Força motriz;

Velocidade;

Dimensões;

Capacidade de transposição;

Estabilidade;

Protecção, e

Armamento.

Todos êstes elementos são função uns dos outros.

Pêso, força motriz e velocidade.— Estas características apresentam-se como dependentes umas das outras. Está admitido actualmente que é necessário uma força motriz de 8 a 10 HP., por tonelada, para se ter uma velocidade de 10 a 12 klm. à hora, por terreno variado.

Não tem nada de positivo nem de absoluto a classificação geral dos carros em *ligeiros, médios e pesados*; mas conveio-se em considerar-se como *ligeiro*, o carro cujo pêso seja inferior áquele que suportam as pontes das equipagens para veículos de 13,5 T.; como *pesado*, o carro de 60 e mais T., capaz de preparar a passagem aos carros médios e ligeiros, em virtude da sua capacidade de esmagamento e de derrubamento de obstáculos; e como *médio*, o aparelho com um pêso intermediário entre os outros dois.

Dimensões, transposição e estabilidade.— A vulnerabilidade do carro, sendo dependente das dimensões dêste, pode di-

minuir-se reduzindo as dimensões até ao limite compatível com o papel a que o aparelho se destina.

A altura não pode baixar a menos de dois metros, pouco mais ou menos, por isso que um carro demasiado baixo não tem suficiente campo de observação. A estabilidade exige, porém, para ser aumentada, que se desça o centro de gravidade, sem esquecer que num bom carro de guerra, a distância vertical dos patins ao taboleiro do veículo, tem que atingir o mínimo de 0^m,40.

Com respeito à largura, a estabilidade lateral exige que a distância entre os eixos das «chenilles» não seja inferior a cerca de 1^m,40.

Para determinar o comprimento do carro, temos que considerar a capacidade de transposição a que o aparelho está obrigado. Por *transposição* entende-se a maior largura da cortadura de bordos livres que o carro pode transpôr pelos seus meios próprios, admitindo-se que um carro de combate carece de uma transposição mínima de 1^m,80. Teoricamente, a transposição realizável por um carro, é igual à metade da distância que separa as verticais tangentes às extremidades das «chenilles», admitindo-se que o centro de gravidade do aparelho esteja sobre a vertical que passa pelo meio dessa distância.

De facto, para transpôr uma trincheira larga, o carro coloca-se perpendicularmente a esta, e quando a vertical do centro de gravidade passa pela borda anterior da trincheira, inclina-se e pica de frente.

É necessário pois, para que o carro não caia na trincheira, que neste momento a frente do carro haja tomado apoio sobre a outra borda da trincheira. O carro seguirá desta forma a sua marcha e quando a vertical do centro de gravidade passa pela borda posterior, a extremidade anterior do aparelho não tendo ainda deixado a borda, segundo a hipótese acima estabelecida, o carro não oscila.

Deve-se notar, porém, que o centro de gravidade dum carro não é nunca sobre a vertical que passa pelo meio do carro: é um pouco à retaguarda. A transposição teórica do carro é então igual sómente à distância que separa o centro de gravidade da vertical tangente à extremidade posterior do aparelho.

Assim, para ampliar a transposição sem aumentar o comprimento real dos carros, adoptou-se uma cauda amovível, da qual a função é retardar o momento em que a retaguarda deixa o sólo, até que o centro de gravidade transponha a borda posterior da trincheira.

Deslocar o centro de gravidade o mais possível para a retaguarda, munindo o carro de uma maior cauda amovível, como parece de interesse, tem inconvenientes de pêsos, como sejam prejudicar a progressão e elevar a altura da queda do aparelho do outro lado da trincheira a um ponto perigoso para os homens e órgãos mecânicos.

Protecção.—Com o fim de pôr o pessoal e material ao abrigo do tiro inimigo, a caixa do carro é formada por chapas de blindagem, a grossura das quais é função do metal empregado, do pêsos do aparelho e da protecção que se deseja.

No estado actual da metalurgia, não se pode obter uma protecção eficaz nos carros ligeiros, a não ser contra as balas perforantes; mas a facilidade de deslocamento e a apreciável velocidade d'esses carros constituem por si só um meio de defesa contra as balas e estilhaços de granadas.

Nos carros médios e pesados é indispensável que a espessura da blindagem seja suficiente para conservar a equipagem e os órgãos mecânicos interiores ao abrigo das granadas explosivas dos calibres próximos de 75^{mm}.

Relativamente à construção da caixa, tem que se atender às seguintes disposições:

A caixa deve ter um estanque que permita entrar na água 1^m,50 pelo menos, e a evacuação rápida do pessoal tem que estar garantida por suficientes aberturas.

Os reservatórios da essência tem que estar isolados e suficientemente protegidos, de forma que no caso de ruptura jacto algum de essência inflamada penetre no interior. A reserva de essência deve ser suficiente para que o carro possa marchar 10 horas, pelo menos, sem reabastecimento.

São indispensáveis: um depósito de água, uma caixa para o transporte de viveres para 48 horas, e uma instalação para arrumo de pacotes.

Armamento.—O armamento varia conforme o tipo do carro. Os carros ligeiros tem sido providos duma metralhadora ou dum canhão de pequeno calibre; os carros médios (marca V*), de dois canhões de 6 libras e quatro metralhadoras, ou seis metralhadoras, segundo são do tipo *macho* ou do tipo *fêmea*. Muito naturalmente o armamento dos carros pesados é mais possante.

É conveniente que o aprovisionamento em munições comporte uns 2:500 cartuchos por metralhadora e 200 granadas por peça.

Uma das dificuldades da construção consiste na fixação às paredes do carro dos canhões e metralhadoras e dos seus órgãos de pontaria, pois é necessário que as aberturas praticadas para a passagem dos canos e das lunetas de visar sejam completamente cobertas para obter protecção contra os projecteis adversos, deixando contudo às armas empregadas o necessário campo de tiro.

Este desiderato não está ainda completamente realizado até hoje.

Com os órgãos de observação acontece o mesmo.

Potência de destruição dos carros de combate.—Em razão do seu pêso e da sua força viva, os carros de combate constituem poderosos engenhos de destruição.

Como exemplo, damos as possibilidades destruidoras do carro Renault:

Abertura duma brecha de cêrca de 1^m,50 de largura nas rêdes de arame, o que é suficiente para a passagem dos assaltantes uns atrás dos outros;

Derrubamento de muros de pedra de 0^m,40 a 0^m,50 de espessura;

Derrubamento de arvores de 0^m,25 a 0^m,30 de diâmetro.

A potência destrutiva dum carro aumenta com o seu pêso e a sua força motriz; sendo uma das funções do carro pesado preparar a passagem dos carros ligeiros e médios, é de admitir que o carro pesado do futuro tenha uma capacidade de destruição muito considerável.

Carros de combate adoptados em França

A—*Carro de ruptura*, de que ainda não está definitivamente estudado o modelo.

B—Carros de acompanhamento:

1.º—*Carro ligeiro*.—O actual tem o pêso de 6,5 T., é armado com uma metralhadora ou um canhão de 37, ou, eventualmente, dum canhão mais possante. A sua velocidade de marcha vai, praticamente, de 1 a 5 quilómetros à hora.

Por tempo seco e em bom terreno é capaz de:

Passar cortaduras de bordos livres de 1^m,70 a 1^m,80. Quando se trata de trincheiras, esta largura máxima é reduzida a 1^m,50 (em consequência da presença dum parapeito e de terras de desaterro em declives mais ou menos fortes);

Passar através de todas as rêdes de arame em uso no fim da guerra;

Derrubar arvores ou estacas de madeira isoladas dum diâmetro inferior a 0^m,20; estacas de metal isoladas dum diâmetro inferior a 0^m,05:

Atravessar sebes de toda a natureza, assim como as matas de 8 a 10 anos;

Derrubar muros de tijolos ou de pedra de menos de 0^m,40 de espessura;

Transpor declives de 100 por 100;

Atravessar vaus duma profundidade de água inferior a 0^m,70.

Em chão movediço ou por mau tempo, as capacidades acima citadas são sensivelmente reduzidas.

As zonas de terreno profundamente revolvidas pelo tiro prolongado de artilharia de grosso calibre, constituem um obstáculo insuperavel ao carro ligeiro.

O aprovisionamento em essência permite-lhe marchar cêrca de oito horas sem reabastecimento.

Transporta 4.800 cartuchos de metralhadora ou 225 cartuchos para canhão de 37^{mm} e 12 granadas.

A equipagem comprehende 1 oficial, ou sargento, chefe do carro e 1 praça, mecânico.

2.º—*Carro médio*.—O carro marca «V uma estrêla», é

um carro de acompanhamento mais pesado que o ligeiro. Possui uma capacidade de destruição de obstáculos passivos e facilidade de progressão superiores, mas o seu volume mais considerável e a blindagem menos espessa tornam-no mais vulnerável. É também menos maneável.

Pesa 32,5 T., e é armado ou com 4 metralhadoras e dois canhões de seis libras (carro macho) ou com seis metralhadoras (carro fêmea).

A velocidade é de 1 a 3 quilómetros à hora.

Pode subir declives de 100 por 100 e passar cortaduras de 4 metros.

Marcha seis horas sem reabastecer.

Transporta—o carro macho 207 granadas e 5.640 cartuchos, e o carro fêmea 12.780 cartuchos. A equipagem compreende um oficial e sete homens.

3.º — *Carro T. S. F.* — É do mesmo modelo que o carro ligeiro. Munido dum aparelho de T. S. F. emissor e receptor, constitui um posto móvel que toma lugar na zona da divisão.

Não tem armamento.

O seu pessoal consiste em:

- 1 comandante do carro;
- 1 rádio-telegrafista;
- 1 mecânico.

(*Continúa*).

MELLO E ATHAYDE
Ten. coronel

Obras oferecidas

A Batalha de «La Lys». José Martins Cameira, major do 7.º G. M.
— Conferência realizada em 9 de abril de 1922 em Castelo Branco. Folheto de 48 pags. (0^m,21 × 0^m,15). Tipogr. Operaria Coimbra — 1922

Num pequeno folheto expõe o major Cameira as suas impressões pessoais, directamente colhidas no teatro de operações, contribuindo assim para a história, que tenha de fazer-se, relativa á nossa cooperação na guerra. O Produto da venda desta publicação tem um fim patriótico,

pois se destina a contribuir para a grande subscrição nacional para os "*Padrões da Grande Guerra*".

O autor, tendo comandado durante largos meses um grupo de metralhadoras num dos sectores da Flandres, e tendo sido testemunha da grande ofensiva alemã, de 9 de Abril de 1918, tem autoridade para expôr com todos os visos de verdade a maneira como os factos se deram nessa terrível tragédia, em que se verteu tanto sangue português, tanto mais que declara não pretender deturpar os factos, nem procurar, com uma idéa preconcebida "*eleva o sentimento patriótico da nossa nacionalidade à custa de uma verdade inconcussa*."

—A exposição do assunto é dividida em duas partes: Na primeira parte faz a *descrição* dos acontecimentos que tiveram lugar em 9 de abril no nosso sector, a partir do inicio da ofensiva alemã, ás 4^h 15^m; na segunda parte aponta as *causas determinantes da batalha, seus resultados e suas conseqüências*.

Nesta segunda parte apontam-se factos que, revestindo a maior veracidade, põem bem em evidência a declaração preambular do autor— "*não procurar elevar o sentimento patriótico, deturpando a verdade*." Tal é a missão dum probo e honesto historiador.

As considerações que o autor faz são dignas de toda a ponderação e não é raro que, noutras publicações similares haja grandes divergências de apreciação, pois nem sempre se tem a nítida compreensão da verdade histórica.

Mas, para que fazer critica, se é uma tão corrente moeda entre nós a louvaminha!

Tudo convenções!

Não se podia, pois, em tão poucas páginas dizer melhor, nem fazer mais nitidamente brilhar a verdade; e por isso é frutificante a leitura desta conferência, que muito recomendamos.

A brigada do Minho na Grande Guerra. *Henrique Pires Monteiro*, tenente coronel do corpo do E. M.—Discurso proferido no Teatro Sá da Bandeira, em Viana do Castelo, no dia 3 de maio de 1922. Folheto de 23 pags. (0^m,205 × 0^m,125) Tipogr. da Escola Militar. Lisboa, 1922.

—Êste discurso pertence a uma série, que já é grande, de discursos pronunciados pelo distinto professor da Escola Militar, Pires Monteiro, que, sentindo em sua alma ardente de patriota, ainda vibrar as emoções passadas na Flandres, tem feito a mais intensa e louvavel propaganda para adquirir os meios pecuniários indispensaveis para se levar a efeito levantar "*Padrões*" que assinalem a nossa cooperação na guerra. O produto liquido dêste folheto reverte, pois, a favor da Grande Subscrição Nacional.

Entre os varios discursos pronunciados sobressai o que se refere á gloriosa "*Brigada do Minho*", que tão alto soube vincular á terra da Flandres o bom nome do exército português, dando-se a circunstância assaz notavel de ser esta brigada constituída pelos homens dessa parte de Portugal, berço da nossa nacionalidade, que por mais de uma vez tem enviado aquelas regiões cavaleiros e peões a batalhar.

O discurso pronunciado em Viana do Castelo é dedicado a um dos mais distintos officiaes do nosso exército, o Coronel Mardel Ferreira, que comandava interinamente a "*Brigada do Minho*" no dia 9 de abril de 1918 e que teve a infelicidade de cair prisioneiro dos alemães, sendo agora por iniciativa dêste official que êste discurso foi impresso e sai a lume.

Numa exposição clara e vivida o tenente coronel Pires Monteiro desenvolve o tema do seu discurso, apontando qual seja o intuito moral e o objectivo material dos "*Padrões da Grande Guerra*". E' com a mais vibrante emoção que aquele official enaltece os feitos gloriosos do soldado minhoto, defendendo o terreno que occupava, e a honra da bandeira

com que as Senhoras do Minho tinham brindado aquela brigada, e que era ao mesmo tempo a Bandeira Nacional.

O discurso é, pois, uma obra literária e ao mesmo tempo de uma grande elevação moral.

Daqui felicitamos o orador.

V. C.

CRÓNICA MILITAR

Argentina

O colégio militar. — Este colégio, estabelecido em S. Martin, a 17 quil. da capital, é destinado a preparar oficiais para as armas de infantaria, cavalaria, artilharia e engenharia e serviços técnicos.

Compreende: um *curso preparatório* de um ano; um *curso geral* de 3 anos; um *curso superior* de mais 2 anos; e ainda um *curso especial* de 1 ano.

Os alunos destinados a cursar o ano preparatório devem ter mais de 15 anos e menos de 21 e possuir os conhecimentos correspondentes aos dois primeiros anos dos liceus. Os que desejem entrar logo no 1.º ano do curso geral devem ter de 16 a 22 anos de idade e os conhecimentos correspondentes aos três primeiros anos dos liceus. Os candidatos devem ter a necessária robustez física e, tanto na entrada para o curso preparatório, como no curso geral, tem de satisfazer a um exame de admissão.

Este exame abrange as seguintes matérias: língua castelhana, aritmética, algebra, geometria plana, geografia, história, sciências biológicas, francês e desenho. Os alunos aprovados neste exame passam então a constituir um *corpo de cadetes*. No curso preparatório os alunos pagam, além de 265 pesetas para enxoval, uma mensalidade de 176 pesetas. Os filhos de militares pagam metade desta pensão. No curso geral não se paga mensalidade alguma.

Os alunos formam secções distintas, segundo a arma a que se destinam.

Cada secção do corpo de alunos é comandada por um capitão, tendo como auxiliares 2 subalternos, encarregados de ministrar a instrução militar prática, em harmonia com os regulamentos táticos das armas.

A escola é comandada por um major, tendo como auxiliar um oficial subalterno. Os 3 anos do curso geral são comuns a tôdas as armas e neles se ensinam as seguintes matérias.

Algebra, geometria no espaço e trigonometria, física, química, psicologia e lógica, geografia argentina e dos países limitrofes, história contemporânea e argentina, literatura, alemão, francês, desenho linear, panorâmico e topográfico, moral e instrução cívica, ginástica e natação, esgrima e equitação, hipologia, geometria analítica e descritiva, cosmografia e trigonometria esférica, topografia, orgânica militar, tática, armamento e tiro, fortificação, explosivos, história militar, regulamentos, penalidades e convenções internacionais, introdução à mecânica e ao cálculo, instrução militar do recruta (1.º ano), do sargento (2.º ano) e do oficial (3.º ano).

A instrução militar são consagradas 12 horas por semana.

O curso superior, que dura 2 anos, é destinado aos alferes de artilharia e engenharia. O curso especial que é de mais um ano, é destinado aos oficiais destas duas armas, que sejam chamados a desempenhar serviços técnicos das mesmas armas.

As matérias professadas nos 2 anos do curso superior são as seguintes:

Regulamentos técnicos; táticas; armas e material de guerra; fortificação de campanha e permanente; análise matemática; geometria analítica e descritiva; balística exterior; topografia; construção de estradas e caminhos de ferro; mecânica; estática gráfica; electrotecniã; motores e mecanismos; metalurgia e acção de explosivos; resistência de materiais; desenho; material de engenheiros; ginástica e natação; esgrima, equitação.

Os oficiais habilitados com o curso superior e que queiram fazer o *curso especial* terão durante um ano de frequentar as seguintes disciplinas:

Serviço de engenheiros; técnica e construção de armas; projectos de fortificação permanente e de campanha; balística interna; elementos de astronomia e geodesia; construções em geral e projectos; electrotecnia aplicada; mecânica aplicada, motores, desenho e aplicações; teoria da elasticidade; desenho; ginástica e natação; esgrima, equitação.

Para as disciplinas que não são de character militar há professores civis, escolhendo-se os mais especialistas. Para as cadeiras com character exclusivamente militar são nomeados oficiais. A instrução prática militar (exercícios) é ministrada por oficiais com a designação de *instrutores*.

O colégio militar compreende um certo número de instalações, ocupando uma área de 20 hectares de terreno, mas que não permite dar o desenvolvimento indispensável à instrução militar. Procura-se por isso construir um novo colégio, de maneira a comportar a admissão de 600 cadetes, que possam dispôr de alojamentos individuais.

Deu-se mesmo já início à construção do novo colégio no sítio chamado *El Palomar*, a 22 quil. de Buenos-Aires.

É preciso, porém, notar que a carreira militar não é muito procurada, por isso que as carreiras civis são muito mais lucrativas e permitem usufruir maiores comodidades e liberdade.

É por isso que a frequência dos cursos do colégio militar é gratuita.

França

Concurso do cães para transmissão de notícias.—Com o fim de desenvolver e animar a criação dos cães de transmissão de notícias, e que tantos serviços prestaram na última guerra, foi aberto no ministério da guerra francês um novo concurso, o qual devia ter lugar em Vittel (Vosgos) nos dias 24 e 25 de julho. Neste concurso deveriam poder tomar parte os cães das diferentes raças, com excepção dos cães de caça.

Os cães classificados no concurso são matriculados para poderem ser requisitados no caso de mobilização.

Prêmios importantes foram estabelecidos para os melhores cães. É este o segundo concurso que tem lugar de cães estafetas.

Os altos comandos do exército.—Ultimamente tem havido um certo movimento nos altos comandos do exército francês. Já tínhamos indicado na "Revista," de março algumas dessas mudanças e nomeações.

— Com a transferência da séde do comando do 21.º corpo de exército de Epinal para Strasbourg, passou o governador militar desta praça a exercer o comando do 21.º corpo de exército e da 21.ª região territorial, e para este alto cargo foi nomeado o general D'Armau de Pouydraguin, que comandava o 33.º corpo de exército.

O E. M. do 6.º corpo de exército foi transferido de Châlons-sur-Marne para Metz. Desta forma as regiões territoriais de Nord-Este francês ficaram assim distribuídas: 6.º corpo, em Metz; 7.º corpo, em Besançon; 20.º corpo, em Nancy; 21.º corpo, em Strasbourg.

A cruz de cavaleiro da Legião de Honra conferida à bandeira da Escola Militar de infantaria.—O decreto de 14 de março p. p., que conferiu a cruz da Legião de Honra, justifica uma tal distinção pela larga contribuição dada por esta escola (47 %) ao número de mortos nos campos de batalha durante a guerra de 1914-1918.

Pertenceram a esta escola 4 dos 6 generais mortos na guerra; 5 dos 15 coroneis; 28 dos 48 tenentes-coroneis; 331 dos 460 majores; 1.237 dos 2.702 capitães; 522 dos 1840 tenentes; 186 dos 387 alferes mortos nos campos de batalha.

Nêstes números não figuram os oficiais que morreram depois em consequência dos ferimentos recebidos, ou em resultado das fadigas.

A aviação sanitária em França. — Tendo-se reconhecido nos últimos anos da guerra os serviços que a aviação podia prestar no transporte de feridos, diversos tipos de aviões sanitários foram desde então construídos.

Em 1918, segundo as indicações do Dr. Chassaing, a secção técnica de aeronáutica fez construir 4 aviões Farman, para o transporte de 5 feridos deitados e um enfermeiro.

Em dezembro de 1920 foram utilizados nas operações do Levante alguns aviões sanitários que transportavam feridos para os centros sanitários de Beyrouth, Alepo, Damasco, etc., o que permitiu salvar a vida à maior parte. Em 1921 foram enviados alguns aviões sanitários, tipo Bréguet, os quais em 6 meses efectuaram 700 evacuações de feridos e doentes graves.

A 14 de outubro de 1921 o médico Epaulard pôde com uma esquadriha de 6 aviões sanitários transportar em 37 minutos 18 feridos do posto de Issoual (Marrocos) para o hospital de Meknès, a 80 km.

Ainda recentemente, no Oriente, o major Denain evacuou das margens do Eufrates para o centro sanitário de Alepo (250 km.) um grande número de feridos por meio de aviões, adaptados ao serviço sanitário. Vê-se facilmente a importância que tem o avião sanitário, principalmente nas regiões desprovidas de comunicações. As direcções da aeronáutica e do serviço de saúde escolheram para tipo do avião sanitário o tipo Bréguet, dotado de uma cabine muito confortável, podendo transportar 2 feridos deitados com um enfermeiro e o material sanitário indispensável para um tratamento urgente, realizado mesmo no decurso da evacuação.

O médico inspector Toubert está tratando de desenvolver a organização de esquadilhas sanitárias, para as quais é preciso preparar um pessoal especializado, pois se exige que os pilotos tenham noções de tratamento de feridas graves, para regular a altitude e a maneira de descer.

Depois dos excelentes resultados obtidos pelos 60 aparelhos Bréguet, outros mais estão sendo construídos.

Curso de aeronáutica para oficiais. — Os oficiais das diferentes armas que desejem frequentar o curso da *escola superior de aeronáutica* e de *construções mecânicas* e da *escola superior de electricidade* (secção de rádio-telegrafia) no ano lectivo de 1922-1923 devem requerer até 5 de agosto, devendo instruir o requerimento com a carta da escola de origem (Escola Politécnica, Escola especial militar, Escola central) e os documentos comprovativos de ipossuírem conhecimentos matemáticos desenvolvidos (cálculo diferencial e integral e mecânica), assim como a informação do chefe do corpo.

— Os oficiais que não possuam os conhecimentos universitários suficientes terão previamente de fazer um exame de admissão perante um júri especial.

Os candidatos devem ainda juntar uma declaração em que se obrigam a servir por um periodo mínimo de cinco anos, não podendo durante este tempo pedir a passagem à reserva especial, nem qualquer licença sem vencimento.

— O curso da *escola superior de aeronáutica* dura nove meses, de 6 de novembro de 1922 ao fim de julho de 1923.

As matérias professadas neste curso são: teoria dos motores: máquinas em geral; máquinas de vapor; motores de explosão. Mecânica da aviação: resistência do ar, queda planada; propulsor; aeroplano.

Aeronáutica geral: aerostação (balão livre, dirigível) e aviação.

Construções metálicas; organização e funcionamento das oficinas, química dos motores de explosão; direito aéreo; construção de aeroplanos e balões; construção de motores e automóveis; resistência de materiais; aplicações mecânicas da electricidade.

São ainda feitas conferências por especialistas sobre assuntos diversos da actualidade e relacionados com o emprêgo da aeronáutica.

Os alunos que tenham sido classificados pelo júri de exame recebem no fim do curso o diploma de *„engenheiro das construções aeronáuticas e mecânicas„*.

— Os cursos da *escola superior de electricidade* começam em fins de novembro e duram oito meses, compreendendo cursos teóricos e práticos de rádio-telegrafia.

São depois completados com exercicios práticos no estabelecimento central do material da telegrafia militar e por um estágio de 2 a 4 meses nos postos de T. S. F. militares e no regimento n.º 8 de engenharia.

— Os alunos que tenham satisfeito ao exame de saída recebem o diploma de *“engenheiro rádio-telegrafista”*.

A promoção no corpo de aeronáutica militar.—O actual ministro da guerra, Mr. Maginot, determinou que nos quadros superiores do corpo de aeronáutica militar não possam entrar mais do que 3 coroneis provenientes das outras armas para o preenchimento das 40 vacaturas, que se irão dar dêste posto no corpo de aeronáutica, em virtude do novo projecto de lei de quadros, sendo portanto reservadas a maior parte das vacaturas para os officiaes do dito corpo.

Para o preenchimento dos 45 lugares de tenente-coronel, apenas 10 poderão ser preenchidos por officiaes estranhos ao corpo de aeronáutica; e para as 140 vacaturas de major poderão ser admitidos 15, não pertencendo ao corpo de aeronáutica.

Em virtude desta determinação vai haver uma larga promoção no corpo de aeronáutica militar.

— Nos quadros subalternos o ministro permitirá, porém, que entrem officiaes das diferentes armas, não tendo mais de 30 anos, mas não sera dado nenhum lugar de comando de navegação aérea sem que os officiaes tenham o curso de piloto.

Holanda

Características do exército. Sua organização.—Êste ano o exército neerlandês foi reorganizado, conservando porém as bases fundamentais da anterior organização (1912).

O serviço militar é obrigatório e o recenseamento tem lugar no ano em que os mancebos completam 19 anos de idade.

No caso de guerra o recenseamento pode ser antecipado de um ano.

A inspecção sanitária tem lugar antes da tiragem à sorte.

— A obrigação do serviço militar é porém muito atenuada, por isso que são previstos vários casos de isenção :

- a) Ter um irmão prestando o serviço militar ;
- b) Ser filho único e apoio da familia ;
- c) Estar desempenhando certas funções públicas ;
- d) Exercer funções religiosas, ou estar estudando preparatórios com êsse fim ;

e) Estar estabelecido com character permanente nas colónias.

Os mancebos julgados incapazes por falta de robustez, voltam no ano immediato a ser inspecionados, e só então são julgados definitivamente.

São *excluidos* do serviço :

- a) Os que tiverem sido condenados em pena superior a 6 meses de prisão, seguidos ou interpolados ;
- b) Os que tenham tido uma condenação infamante ;
- c) Os que, tendo antecipado o alistamento, tenham sido expulsos do exército por faltas disciplinares.

Realizado o *sorteamento*, os mancebos são encorporados, começando pelos números mais baixos até ser completado o contingente.

Os encorporados são *milicianos ordinários* ; os que, pelo seu numero, não forem encorporados, são *milicianos extraordinários*.

Êstes só são convocados no caso de guerra.

O contingente foi fixado num máximo de 18.500 homens para o exército de terra e de 1.000 para a marinha.

—O tempo de serviço activo comprehende dois periodos : *periodo de instrução e periodo de repetição*.

A duração do periodo de instrução é variavel, conforme as armas e serviços.

É de 5,5 meses nas armas não montadas ; de 12 meses na artilharia a pé, enfermeiros e secção aeronáutica ; de 18 meses na cavalaria.

Na *marinha* a duração máxima do serviço é de 8 meses.

As praças das armas apeadas que teem de receber a instrução para sargentos servem 9 meses ; e as que teem de receber a instrução para officiaes servem 12 meses.

Os mancebos que antes da incorporação tenham recebido a instrução militar preparatória teem uma redução no tempo de serviço nas fileiras.

O periodo das escolas de repetição dura 40 dias, havendo, em geral, duas escolas de repetição. Estes exercicios de repetição realizam-se durante os 6 primeiros anos, que se seguem ao periodo de instrução.

O serviço militar nas Colónias é *voluntário*.

Os milicianos, ao terminarem o periodo da instrução, recebem licença ilimitada.

O licenciamiento definitivo tem lugar :

No fim de 40 anos para os soldados ;

No fim de 45 para os sargentos,

No fim de 50 para os officiaes.

Organização do exército no tempo de paz.

A) A *infantaria* comprehende : a) 4 divisões, tendo cada divisão um E. M. (general comandante, um tenente-coronel ou major, chefe de E. M. e 4 officiaes), 2 brigadas, e 3 regimentos.

b) Duas escolas de assalto (em Haia e Amersfort) ;

c) 1 batalhão de instrução (para sargentos candidatos a officiaes) em Kampen ;

d) 4 companhias de instrução para ciclistas (em Bois-le-Duc) ;

e) 2 escolas para officiaes de reserva (em Amersfort e Breda) ;

f) Uma escola normal de tiro (em Haya) ;

g) Uma escola militar de ginástica (em Utrecht).

B) *Cavalaria*. Além do E. M. da arma, comprehende : a) 2 regimentos e 4 esquadrões ;

b) Uma escola de equitação e depósito ;

c) Um depósito de remonta ;

d) Uma escola para officiaes de reserva.

C) *Artilharia*. Esta arma comprehende :

a) O E. M. da arma ;

b) 4 brigadas de artilharia de campanha, tendo cada uma destas um E. M., 2 regimentos e um grupo do trem ;

c) Um regimento de artilharia pesada com 2 baterias ;

d) Uma bateria de instrução para sargentos candidatos a officiaes ;

e) Uma escola para officiaes de reserva ;

f) Um depósito de remonta de artilharia ;

g) Um regimento de artilharia de fortaleza ;

h) Um regimento de artilharia de costa com um E. M. e 2 batalhões ;

i) Uma escola de tiro de artilharia, em Zwolle ;

j) Artilharia anti-aérea, em Utrecht ;

k) Um grupo de artilharia a cavalo, em Ærnhem.

D) *Engenharia*. Esta arma comprehende :

a) Um E. M. da arma ;

b) Um regimento mixto com 3 batalhões ;

c) O corpo de pontoneiros e torpedeiros (2 companhias de pontoneiros e 1 companhia de torpedeiros).

E) *Aeronáutica*. É constituída por uma secção de 3 esquadrilhas.

O efectivo do exército holandês no pé de paz é portanto constituído por :

80 companhias de infantaria ;
 4 companhias de ciclistas ;
 8 esquadrões de cavalaria ;
 39 batarias de artilharia ;
 8 companhias de engenharia ;
 3 companhias de pontoneiros e torpedeiros ;
 3 esquadrilhas de aviação.

Todas estas unidades são exclusivamente unidades de instrução.

— Os milicianos são incorporados por duas vezes. Os 4 primeiros meses são consagrados à instrução individual ; o restante tempo tem lugar por unidades constituídas no campo.

As escolas de repetição tem lugar no mês de setembro.

Encorporação da classe de 1922.— Em virtude da nova lei militar, que entrou em vigor em março de 1922, o contingente de 21.500 mancebos foi distribuído pelas diferentes armas e serviços da seguinte forma :

Infantaria.....	12.300
Ciclistas.....	500
Artilharia.....	4.660
Cavalaria.....	1.350
Engenharia.....	950
Aeronáutica.....	140
Corpos especiais e serviços.....	850
Marinha.....	750
Total.....	<u>21.500</u>

Inglaterra

O novo regulamento tactico da cavalaria.— Entre os novos regulamentos da arma de cavalaria publicados depois da guerra oferece especial interesse o regulamento inglês.

Não podendo fazer uma análise completa desse regulamento, vamos enumerar os assuntos, ou fazer um índice do seu conteúdo.

O cap. I, tendo por título — *princípios gerais sôbre o emprêgo da cavalaria na guerra* — compreende : Características e funções da arma de cavalaria.

Sub-divisão dos deveres da cavalaria.

Emprêgo da cavalaria em missões especiais.

Papel de protecção da cavalaria.

A cavalaria durante os preliminares de um combate planeado. Papel da cavalaria durante um combate planeado. A cavalaria na perseguição. A cavalaria na retirada. A cavalaria num ataque planeado em seguida a um periodo de guerra de posição. *Raids* de cavalaria. Comando e direcção da cavalaria. Economia dos solípedes em campanha. Cavalaria de corpo de exército.

— O cap. II — *Reconhecimentos* — compreende : Princípios gerais. Conduta dos destacamentos e patrulhas de reconhecimento. Instruções a dar aos destacamentos e patrulhas em missões especiais.

Maneira de conduzir os destacamentos e patrulhas de reconhecimento em missão especial. Maneira de obter informações. Participações e noticias. Transmissão de informações. Exploradores do terreno.

O cap. III, ocupando-se da — *protecção* — contem : Princípios gerais. Guardas avançadas. Retaguardas. Flanqueamentos. Postos. Deveres do comandante de um posto de esquadrão. Deveres do comandante de um piquete. Sentinelas e postos à cossaca. Postos destacados. Patrulhas fixas. Postos de noute. Emissários e postos de reconhecimento. Postos de combate. Protecção dos estacionamentos. Protecção contra a aviação.

O cap. IV trata dos — *princípios tácticos gerais da cavalaria* — contendo : Movimento e velocidade. Acções do choque e do fogo. O terreno em relação à táctica da cavalaria.

O cap. V sob a designação—*o combate a cavalo*—contem: Marcha para o inimigo. Posição dos guias. Princípios gerais do combate contra a cavalaria. Dispositivos de combate da cavalaria. Desenvolvimento final e carga. A refrega. A perseguição. A reunião. Ataque da cavalaria contra a infantaria. Ataque contra a artilharia.

O cap. VI—trata do combate a pé, a que dá grande desenvolvimento.

O cap. VII trata do emprêgo das espingardas-metralhadoras—*Hochtkiss*.

O cap. VIII trata do emprêgo das metralhadoras em cooperação com a cavalaria.

O cap. IX trata do emprêgo da artilharia a cavalo em cooperação com a cavalaria.

O cap. X trata da engenharia em cooperação com a cavalaria.

O cap. XI ocupa-se do emprêgo dos automóveis blindados ligeiros e automóveis ligeiros de patrulha em cooperação com a cavalaria.

O cap. XII trata do emprêgo da aviação em cooperação com a cavalaria.

O cap. XIII ocupa-se do emprêgo dos *tanks* conjunctamente com a cavalaria.

Reorganização da artilharia inglesa na Índia.—Pela organização recentemente posta em execução, o território da Índia inglesa é dividido em *quatro comandos militares*, compreendendo cada um destes vários distritos. O comandante em chefe faz parte, como membro extraordinário, do conselho executivo.

As forças militares em tempo de paz compreendem: 5 brigadas de cavalaria; 4 divisões; e as tropas de cobertura da fronteira Noroeste.

—Fazendo parte do estado maior general passou a haver um major general de artilharia, como *conselheiro técnico*, em lugar do inspector de artilharia.

Em cada um dos 4 comandos há também um conselheiro técnico, coronel de artilharia, tendo um oficial de E. M.

Este conjunto constitui o *estado maior da artilharia* das Índias.

A artilharia compreende as seguintes unidades:

a) *Artilharia de campanha*: 10 grupos de 4 baterias cada um, tendo algumas baterias 2 peças de 18 libras e 2 obuses ligeiros 4'',5, e outras com 3 peças de 18 libras e 1 obus de 4'',5. Cada bateria tem:

6 oficiais ingleses e 1 indú; 163 praças inglesas e 75 indús; 168 cavalos.

b) *Artilharia a cavalo*: 5 baterias, tendo cada bateria uma coluna de reabastecimento (foi abandonada a organização de grupos). Cada bateria tem 6 oficiais ingleses e 1 oficial indú; 175 praças inglesas e 72 indús; 207 cavalos. As baterias tem 6 peças de 13 libras, e o seu comandante é tenente-coronel.

c) *Artilharia de montanha*: 5 grupos, tendo cada um 4 baterias, sendo 1 inglesa e 4 indús. Cada bateria inglesa tem 5 oficiais ingleses e 2 indús; 118 praças inglesas e 172 indús; 179 solípedes; e 4 obuses.

Cada bateria indú tem: 4 oficiais ingleses e 4 oficiais indús; 280 praças indús; 180 solípedes; 4 peças de 2,75 ou 4 obuses de 3,7.

d) *Artilharia pesada*: 2 grupos de 4 baterias; e 1 bateria independente.

Cada bateria hipomóvel tem: 6 oficiais ingleses e 2 indús; 135 praças inglesas e 101 indús; 136 cavalos.

As baterias com tractores tem: 6 oficiais ingleses; 134 praças inglesas e 18 indús. Empregam os obuses de 6''.

e) *Coluna de reabastecimento divisionário*: Existem 4 colunas (uma por divisão). Cada coluna tem: 10 oficiais ingleses e 9 indús; 86 praças inglesas e 676 indús; 1060 solípedes. Cada coluna é comandada por um tenente coronel.

Para instrução, a artilharia dispõe:

a) Uma escola de artilharia em *Quetta*;

- b) Uma escola de equitação em *Ambala*;
- c) Um centro de instrução de artilharia em *Deesa*;
- d) Um centro de instrução de artilharia de montanha em *Lucknow*.

Recrutamento dos oficiais do «Royal Air Force».—O recrutamento dos oficiais para o corpo de aerostação faz-se de duas maneiras: Por nomeações definitivas como para os oficiais do exército; e por nomeações temporárias por um período limitado de 4 a 5 anos.

São nomeados definitivamente os oficiais provenientes do *Royal Air Force College* e das universidades. A admissão naquele Colégio tem lugar por meio de um exame de admissão e o curso dura 2 anos, no fim dos quais os alunos são nomeados pilotos com o grau de alferes. Os alunos das universidades fazem previamente um estágio de 6 meses numa unidade aeronáutica.

—Os oficiais do exército podem também ser nomeados para o corpo de aviação, mas por um período de 4 a 5 anos, tendo previamente feito um tirocínio de 6 meses e receberem a carta de pilotos.

Italia

Escolas de aplicação de infantaria, artilharia e engenharia.—Estas escolas, que funcionam respectivamente em Oriolo-Romano, Bracciani e Manziana, iniciaram os seus cursos em 1 de março.

Cada curso compreende 2 períodos: um chamado de *preparação* e outro destinado a exercícios das três armas.

No segundo curso, que começou em 19 de abril, o primeiro período foi frequentado por: 30 majores de infantaria; 22 majores e 14 capitães de artilharia; e 12 majores de engenharia.

O segundo período, começado em 11 de maio, foi frequentado por: 5 coroneis de infantaria; 3 coroneis de artilharia; e 1 coronel de engenharia.

Exames de admissão na escola de guerra de Turim.—Este ano foram admitidos ao exame de admissão (prova escrita) 289 oficiais—capitães, majores e tenentes-coroneis.

Russia

Características do exército russo em 1922.—O serviço militar é obrigatório. A duração do serviço activo é de 2 anos, posto que estejam ainda nas fileiras 3 classes: de 1899, 1900 e 1901. O efectivo actualmente nas fileiras é de 1.370.000 homens.

O território da Russia está dividido em 12 circunscrições, chamadas *okrongs*, havendo ainda o território do *Caucaso*.

—O exército é constituído actualmente por: 34 divisões de infantaria, a 2 ou 3 brigadas, e 20 brigadas de infantaria autonomas; 18 divisões de cavalaria a 2 ou 3 brigadas e 3 brigadas de cavalaria autónomas. Ao todo, 95 brigadas de infantaria e 49 brigadas de cavalaria.

A *divisão* no pé de guerra compreende:

3 brigadas a 3 regimentos, e estes a 3 batalhões de 3 companhias;

1 regimento de cavalaria a 4 esquadrões;

3 grupos de 3 batarias de artilharia de campanha a 4 peças e 1 grupo de 3 batarias de obuses;

1 grupo de 2 batarias de artilharia pesada;

1 batalhão de engenharia;

1 batalhão de ligação.

A divisão tem, pois, 27 batalhões, 4 esquadrões e 14 batarias, e um efectivo total de 40.000 homens.

—As brigadas autónomas tem a seguinte composição:

3 regimentos de infantaria, 1 esquadrão de cavalaria; 1 bateria de artilharia; 1 companhia de engenharia. O efectivo da brigada é de 6.500 homens.

—A *divisão de cavalaria* tem:
 3 brigadas a 2 regimentos;
 1 grupo de 3 baterias de artilharia a 4 peças;
 $\frac{1}{2}$ regimento de ligação; 1 esquadrão de sapadores. O seu efectivo é de 9.500 homens e 9.800 cavalos.

Diversos

O que a guerra custou aos aliados.—“*La France Militaire*” tem publicado uma serie de artigos com esta epigrafe, de que temos publicado alguns extratos, e num outro recente artigo, com a rubrica “*Os sacrificios dos exércitos aliados*”, dá-nos indicações interessantes, que vamos passar em revista.

A) — Mobilização das forças aliadas:

Não contando com a Rússia, as nações aliadas mobilizaram 19.500.000 homens, assim repartidos:

Inglaterra	(contingentes do reino.....)	5.704.000
	(domínios e colónias (brancos).....)	1.144.000
	(indigenas.....)	1.430.000
America.....		3.800.000
Belgica.....		379.000
Grecia.....		355.000
Italia.....		5.250.000
Servia.....		707.000
Romenia.....		600.000
Portugal.....		200.000

B) As perdas:

	Mortos	M. feridos	Desaparecidos	Total
Inglaterra.....	549.967	253.363		803.320
Canadá.....	55.175		767	55.942
Australia.....	55.587		3.121	58.706
N. Zelandia.....	16.132		5	16.137
Índias.....	36.137		14.042	50.204
	712.998	253.353	17.935	984.309
Belgica ¹				61.000
E. Unidos ²	77.644	215.423		
Italia.....	462.000	450.000		
	50.000			512.000
Servia ³	350.818			
Romenia ⁴	300.000			
Portugal ⁵	8.367			
Luxemburgo ⁶	2.000			

¹ A Belgica ficou com 12.000 orfãos de guerra; 10.000 civis foram deportados como prisioneiros e 56.000 como operarios; 15.000 estão mutilados; 40.000 soldados refugiaram-se na Holanda.

² De 1 de outubro a 1 de novembro de 1918 desembarcaram em França 1.930.000 homens, que não entraram em combate.

³ Representa 50% do efectivo mobilizado.

⁴ 60.000 morreram nos hospitais dos prisioneiros.

⁵ Segundo a Nota dada em 5 de novembro de 1919 ao governo francês pela Legação Portuguesa em Paris.

⁶ O Luxemburgo deu 5.000 voluntarios.

Houve numerosos voluntarios de diversas proveniências. A Espanha forneceu 3 ‰ em relação à sua população; a Suíça, 20 ‰. Os polacos, os tcheco-slovacos e os armenios também deram muitos voluntarios.

Perdas turcas durante 1914-1918.—As perdas sofridas pelo exército turco no periodo da guerra, de 1914-1918, são oficialmente fixadas em:

Mortos nos campos de batalha, ou em consequência dos ferimentos.....	501.091
Feridos e doentes.....	3.059.205
Curados.....	2.167.841
Inutilizados para o serviço.....	891.364

V. C.

CRÓNICA MARÍTIMA

E. U. da América

A obra incompleta da Conferência de Washington.—Os estaleiros do Japão constroem actualmente um número considerável de cruzadores ligeiros, destroyers e submarinos, sem que nenhuma das outras nações signatárias do acôrdo naval de Washington possa opôr a menor objecção, o que prova fraqueza daquele acôrdo, o qual, para ser verdadeiramente eficaz, deveria ter abrangido todas as classes de navios. Foi exactamente neste sentido que a Inglaterra e os E. U. da América trabalharam durante a conferência, mas atribui-se à França a inutilização de todos os esforços, no que diz respeito aos submarinos; e, uma vez deixada sem restrições a construção dos submarinos, as outras nações aceitaram como princípio que nenhuma restrição se deveriam impôr à construção dos navios destinados à guerra anti-submarina.

Para uma parte da opinião naval, o único resultado da Conferência foi a inutilização de um certo número de navios capitais, de tipos que na realidade o aeroplano tinha tornado incapazes de acção, ao passo que os verdadeiros meios de combate do futuro, incluindo submarinos, destroyers e cruzadores, podem ser construídos sem a menor restrição. Em todo o caso o maior pêso da opinião americana considera que a restrição de construção dos grandes navios durante dez anos representa um grande passo a favor da paz, e que os resultados práticos do acôrdo não serão affectados de uma forma vital pela multiplicação dos navios ligeiros durante o mesmo periodo.

França

Organização das flotilhas de destroyers.—As flotilhas de destroyers foram divididas em duas forças principais, uma no Mediterrâneo e outra na Mancha, de forma semelhante ao que sucedia antes da guerra. Esta divisão inevitável e o consequente enfraquecimento das forças são o preço da desfavorável posição geográfica da França, tendo ainda como efeito acentuar a inferioridade das flotilhas francesas em comparação com as italianas, comparação que muito fere o amor próprio francês, mas que não deixará, por isso mesmo, de estimula-lo para realizar novos esforços de construção destas unidades, cujo número não foi limitado pela Conferência de Washington.

O antidoto do bombardeamento aéreo.—A experiência da guerra mostrou que a defesa directa de uma cidade contra os grupos de aviação de bombar-

deamento, isto é, a defesa por meio de esquadrilhas aéreas é uma operação muito difícil. Decorre cerca de uma hora desde o alerta até que uma esquadrilha se encontre no ar em posição conveniente para combater, à altura necessária, o que quer dizer que o método se não presta contra ataques de surpresa; não foi eficaz contra a defesa de Paris, quando o inimigo se encontrava a 60 milhas de distância, e não o poderá ser para a defesa de Londres, a menos de 60 milhas do mar.

Para os centros assim vulneráveis, como são a maioria das bases navais, deve procurar-se a segurança em barragens sucessivas de metralhadoras, peças de tiro rápido e armamento especial, em baterias fixas e automóveis, e dispondo de um serviço eficiente de escuta. O correspondente francês do «*Naval & Military Record*» lembra que, desde que se improvisou por este modo a defesa de Paris, embora na noite de 15 para 16 de Setembro de 1918 o inimigo empregasse em um último esforço 483 aparelhos, apenas 37 puderam chegar a Paris, dos quais 13 foram abatidos pela artilharia anti-aérea. O segredo destes resultados, pelo menos na sua parte essencial, deve-se às várias disposições e instrumentos empregados para localizar com bastante precisão os aparelhos inimigos, de grande velocidade, permitindo metê-los dentro dos feixes dos projectores e atacá-los eficazmente com a numerosa artilharia.

Inglaterra

O exagêro das economias na marinha.—Depois das reduções efectuadas pela «comissão do machado» as forças navais inglesas que restam são consideradas como insuficientes para as necessidades militares do Império, e a redução que as torna incapazes de guardar as fronteiras marítimas e as comunicações em tempo de guerra só pode encontrar justificação na segurança de que não reventará nenhuma guerra dentro de um período razoável de anos. Assim o afirmou o governo, assegurando que não pode haver apreensões sobre qualquer conflito em grande escala, no qual o Império Britânico tenha probabilidades de ser envolvido, durante pelo menos dez anos. O governo precisava de justificar as reduções efectuadas, pois que a situação financeira era tal que, a não serem feitas, toda a estrutura financeira do país ruidaria, e este encontrar-se ia no abismo da insolvência. Nestas circunstâncias, diz o «*Naval & Military Record*», a compressão é uma necessidade tam imperativa, que têm de ser postas de parte considerações de qualquer outra natureza. Mas, ao mesmo tempo é necessário que fique claramente compreendido que, para restaurar a estabilidade fiscal ameaçada, se corre um risco que não seria aceitavel em condições normais. Se surgisse brevemente uma ameaça de guerra, a revelação da insuficiência das defesas britânicas produziria seguramente o pânico, com o inevitavel corolário de uma enorme despesa, no esforço apressado para compensar as deficiências existentes. E a História mostra que muitas vezes as previsões de paz a longo praso foram desmentidas pelos acontecimentos.

Influência do Japão na politica de construção inglesa.—A Inglaterra comprometera-se em Washington a não construir inicialmente nenhum navio capital; mas, tendo o Japão conservado mais um navio de construção *post-Jutlândia* a Inglaterra resolveu construir dois, demolindo em compensação quatro da classe «King George V». A insistência do Japão em conservar o «Mutsu», alterando de forma consideravel a eficiência da marinha japonesa, com os dois navios *post-Jutlândia*—«Mutsu» e «Nagato»—perturbou de forma apreciavel o equilibrio do acôrdo de Washington, obrigando também os E. U. da América a insistir pelo acabamento do «Washington» e do «Colorado», ou de dois outros navios *post-Jutlândia*, da classe «West Virginia».

Foi nestas condições que o governo britânico se viu na necessidade de pôr no estaleiro dois novos navios, para que fôsem mantidas a proporções estabeçidas no acôrdo, o que pela Conferência foi admitido como inevitavel, fazendo-se a alteração correspondente no tratado naval.

O desarmamento e os desempregados.—Em consequência da redução dos armamentos, a Inglaterra vê o seu programa de construção reduzido a dois couraçados de 35.000 toneladas, um submarino experimental e um lança-minas e, ainda no que aos navios capitais diz respeito, não é provável que venham a construir-se antes de 1931, ano em que poderá iniciar-se a construção de mais dois. As consequências desta situação são muito graves para as indústrias da construção naval, do armamento da artilharia e de outros ramos acessórios, principalmente por coincidir com uma época de depressão na construção naval mercante. Por isso se tem estabelecido uma luta entre estaleiros particulares e arsenais do Estado, para a construção dos dois novos couraçados, mas o Almirantado decidiu entregar à indústria particular a sua construção, pelas razões apontadas e ainda por não haver prontas carreiras com a extensão necessária nos arsenais do Estado.

Armamento dos cruzadores ligeiros em torres.—O cruzador «Diomedé» difere dos outros cruzadores da sua classe em ter o armamento de caça e de retirada de 6 polegadas em torres, em vez de ser protegido apenas por escudos. Teve-se com esta disposição por fim obviar às interferências das peças sobrepostas, mas a torre tem ainda como vantagem uma melhor protecção do pessoal. Efectivamente, em face da experiência da guerra, era difícil de explicar a conservação dos escudos no armamento principal dos cruzadores. Na Jutlândia, vários navios de ambos os partidos foram postos fora de acção (pelo menos na parte relativa ao armamento) por algumas salvas de projecteis A. E., cujos estilhaços inutilizaram grande parte das guarnições das peças, em posições expostas; foi o que sucedeu, por exemplo, ao «Southampton», ao «Dublin» e ao «Chester».

A adopção das torres traz inevitavelmente um aumento de peso, factor importante no desenho de um cruzador ligeiro, mas a esta dificuldade pode obviar-se, até um certo ponto, montando as peças aos pares. A classe americana «Omaha» tem todo o seu armamento em torres e parece que também os novos cruzadores ligeiros franceses terão as suas VIII peças em torres. Em Inglaterra existe um certo preconceito contra as torres, pela dificuldade de obter um tiro bastante rápido, mas a verdade é que perante os efeitos do tiro sobre o pessoal em posições expostas, parece preferível fazer um certo sacrificio na facilidade do serviço das peças e na rapidez do tiro, para que o navio não fique incapaz de acção logo depois de receber os efeitos de uma primeira salva.

A T. S. F. na navegação aérea.—Desde Outubro último funciona um sistema de determinação de posição, que permite aos pilotos aéreos acharem o seu *ponto* quando vôm através da Mancha. Dantes este serviço era executado apenas pela estação de aviação civil de Croydon e limitava-se a dar ao piloto o azimute daquela estação. Actualmente a estação dirigível da base aérea de Pulham, Norfolk, constitue a segunda estação do sistema, que permite assim dar ao aéreo simultaneamente os azimutes das duas estações, e portanto a posição do aparelho, pela sua intersecção. Existe uma comunicação directa entre Croydon e Pulham pela telefonia sem fios e o piloto pode ser informado da posição do seu aparelho, com um elevado grau de precisão, em condições normais, dentro de dois minutos de tempo.

O raio de acção do sistema é de cerca de 200 milhas a partir da estação de contrôlo, neste caso Croydon. Embora instalado inicialmente para a telefonia sem fios, o sistema é igualmente adaptavel à telegrafia, para o que basta mover um comutador.

O helicoptero na aviação naval.—Há meses o Ministério do ar ofereceu um prémio de 50.000 Libras ao construtor de um helicoptero que satisfizesse às seguintes condições: 1.º Elevar-se a 2.000 pés pelos seus próprios meios com um piloto e combustível para duas horas de vôo. 2.º Pairar parado durante meia hora, com vento de 20 milhas à hora. 3.º Descer com o mesmo vento e o motor parado, sem deslocamento horizontal. 4.º Voar horizontal-

mente à velocidade de 60 milhas. Um aparelho Brennan, construído com o auxílio do governo parece ter realizado aquelas condições, em uma prova recente.

Para fins militares o helicóptero será de maior valor na observação e regulação de tiro da artilharia, ao mesmo tempo que a possibilidade de pairar sobre o alvo poderá fazer que o lançamento de bombas seja mais preciso do que com os aeroplanos. Mas, acima de tudo, na aviação naval, o helicóptero dispensará a construção dos enormes, dispendiosos e vulneráveis porta-aéreos, como hoje são construídos, para a descida dos aeroplanos. Subindo e descendo verticalmente, os helicópteros exigirão apenas um pequeno espaço de convés, portanto, navios de dimensões muito mais modestas.

Japão

Novo plano de defesa nacional.—A imprensa japonesa publica uma versão do que seria o novo plano de defesa nacional. Devido às alterações produzidas nas relações internacionais, o Japão já não pode contar com o auxílio da Gran Bretanha e da América, como no tempo da guerra com a Rússia. Em caso de guerra, portanto, não há outro recurso senão continua-la pelos esforços isolados do Império, e procurar chegar à vitória final, embora a guerra se prolongue por quatro ou cinco anos. Nestas condições, exército e marinha devem dedicar todas as suas energias combinadas para manter uma ligação segura com o continente asiático até final. A fim de realizar este objecto fundamental, as linhas de defesa do Império são fixadas da seguinte maneira:—No mar, a linha ligando a ilha Shumushuma, nas Kuriles, as Bonins, Amami Oshima e Formosa, será a primeira linha de defesa nacional, devendo ser absolutamente mantido o domínio das águas próximas no Pacífico, na mar da China, no mar Amarelo e no mar do Japão.

Em terra, a linha ligando Hankow, Shantung, Harbin e a fronteira da Sacalina será a primeira linha de defesa nacional, e a área que fica a dentro dela será a zona de operações, de forma a assegurar a comunicação e as ligações com a metrópole. O estreito de Tsuchima será a segunda linha de defesa nacional, com o objecto de tornar realizável uma guerra prolongada.

No que diz respeito à marinha, tendo-se as circunstâncias actuais tornado desfavoráveis às operações de carácter agressivo no alto mar, em consequência da limitação de navios capitais, a primeira linha de defesa nacional deve ser defendida desesperadamente; como regra, recorrer-se há às surpresas nocturnas; mas, no caso de se conseguir realizar um equilíbrio de forças, deverá tentar-se uma defesa agressiva nas águas próximas. Através de toda a guerra, far-se hão os maiores esforços para garantir a ligação entre o continente e a metrópole japonesa.

Comentando este plano, o «Yomiuri» diz que, embora as autoridades militares não peçam imediatamente um importante aumento de armamentos, o certo é que este plano, para se poder executar, obrigará a converter o país em um verdadeiro Estado militarista. Será necessário apoderar-se dos países vizinhos e ocupa-los militarmente. Os interesses vitais e económicos no interior, assim como as relações diplomáticas e comerciais com o exterior, terão de ser-lhe sacrificados, o que trará como consequência o Império ser considerado como uma segunda Alemanha. Será a política do suicídio, necessariamente fatal à nação.

Russia

A disciplina na marinha.—Quando o governo bolchevista assumiu o poder, um dos seus actos foi abolir os postos, distintivos e títulos nos serviços militares, e nomear os oficiais por eleição. Em cada navio os oficiais eram escolhidos por votação, e assim o «Rurik» foi durante algum tempo comandado por um marinheiro praticamente iletrado, mas que se recomendava por uma oratória arrebatada. De acôrdo com o princípio da igualdade, os oficiais arranchavam com as praças.

No verão passado havia mais de um âno que se não fazia vapor em nenhum dos grandes navios da esquadra do Báltico, devido à recusa dos fogueiros, que consideravam o trabalho degradante e incompatível com a sua dignidade de almirantes em ser. Desde então introduziram-se modificações importantes na organização. Os oficiais incapazes foram dimitidos ou voltaram para os primitivos lugares, e os que ficaram receberam títulos e galões correspondentes aos postos, alojam-se em camarotes e possuem o seu rancho próprio. Melhorou-se a disciplina, instituindo-se penas extremamente severas para os actos de insubordinação e, o que é curioso é que o novo estado de cousas parece agradar aos marinheiros, não tendo havido dificuldades para o restabelecimento da disciplina.

O material da armada.—Os jornais alemães informam que nos últimos meses os arsenais e estaleiros russos têm sido reorganizados, despedidas centenas de operários preguiçosos ou incompetentes, e substituídos por artifices e engenheiros habéis, que recebem bons salários. Alguns navios têm sido beneficiados, mas devido a quatro anos de abandono e a actos de sabotagem, é de crer que apenas uma fracção da armada possa reconstituir-se. Diz-se que Trotsky se interessa particularmente em renovar e fortalecer a flotilha submarina, que êle considera o ramo mais importante da armada, mas os seus esforços tem sido contrariados pela falta de mecânicos com prática de motores Diesel. Alguns alemães são empregados com êste fim, e é natural que o tratado recentemente concluído em Génova facilite a importação de pessoal habilitado para activar a reconstrução da marinha bolchevista.

No mar Negro, as condições são piores, continuando a esquadra ainda em puro regime bolchevista, podendo afirmar-se que a esquadra do mar Negro deixou de existir.

B. S.

BIBLIOGRAFIA

PERIÓDICOS

Portugal

O Instituto, n.º 3 de Maio de 1922. Boletim do Instituto. Antonio de Sousa de Macedo na embaixada de Londres.

Brasil

O Tiro de Guerra, n.º 5 de Maio de 1922. Mandamentos Cívicos A data da abolição.

Colombia

Memorial del Estado Mayor del Ejército de Colombia, n.º 119 de Maio de 1922. Decreto n. 513 de 1922. Vias de comunicação (História).

Cuba

Boletín del Ejército, n.º 73 de Março de 1922. La copa «Pinar del Rio» Granadas de mano y de fusil.

N.º 74 de Abril — Competencia entre los tercios tacticos. Una ojeada a la instruccion de nuestros oficiales.

N.º 75 de Maio — Jura de la Bandera. Un Repaso al reglamento de infanteria de los E. U., 1919.

N.º 76 de Junho — Topicos militares. El ejército.

N.º 77 de Julho — Por la ley y por la justicia. La tompeta.

Espanha

- 1 *La Guerra y su Preparacion*, n.º 3 e 4 de Março e Abril de 1922. Compania de Siberia. Instruccion del combate con bayoneta.
N.º 5 e 6 de Maio e Junho. Sobre la guerra europea, 1914-18 — Estudios históricos.
- 2 *Memorial de Artilleria*, n.º de Junho de 1922. Abaços y tablas de tiro graficas.
N.º de Julho-Agosto. La aeronautica mlitar de 1922.—Su influencia en la Artilleria. Organizacion artillera.
- 3 *Memorial de Caballeria*, n.º 74 de Agosto de 1922. La fiesta de las lanzas argentinas — Um regalo del Ejército argentino a la Caballeria española. La Europa actual en su aspecto militar.
- 4 *Memorial de infanteria*, n.º 125 de Junho de 1922. Encuesta del Memorial de Infanteria — Opinion del General D. Alfredo Martinez Peralta. Encuesta del Memorial de Infanteria.— Opinion del Capitán don Rogelio Gorgojo.
N.º 126 de Julho — Cómo debem ser el armamento y organizacion futuros de nuestra infanteria. Nuestra futura infanteria. Memoria de um supuesto ejército tactico.
N.º 127 de Agosto. El moderno armamento de la infanteria y la organizacion tactica de sus unidades Elementos de combate y organizacion de la infanteria.

França

- 1 *La Revue Militaire d'Infanterie*, n.º 358 de Julho de 1922 — L'infanterie et le feu.— Essai de doctrine. Etude sur le règlement provisoire de manoeuvre de l'infanterie des Etats-Unis — L'infanterie au combat.
N.º 359 de Agosto. La lutte contre les metrailleuses rapprochées.
- 2 *Revue Militaire Générale*, n.º 7 de Julho de 1922. La cavalerie et le service de 18 mois. L'offensive austro-allemande contre l'Italie — La 12ª bataille de l'Isonzo (octobre-novembre 1917).

México

Revista del Ejército y de la Marina, n.º 9 de Junho de 1922. Apuntes ligeros sobre las armas portátiles y su evolucion. Antropometria y Dactiloscopia.

Salvador

Boletim del Ministerio da Guerra, n.º 86-87 de Fevereiro Março de 1922.—Ordenes Generales importantes del mes de febrero de 1922 y Março de 1922.

Suissa

Revue Militaire Suisse, n.º 8 de Agosto de 1922. Le fundement stratégique de notre réforme militaire. L'avenir de notre armée.

Mantendo as tradições deste jornal, a direcção declina nos autores a responsabilidade das doutrinas expostas nos respectivos artigos.
